



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS

Município: ALFENAS/MG



Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	3
IV - METODOLOGIA	4
V - CONSTATAÇÕES	4
VI - RESULTADO DA DENÚNCIA	25
VII - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	26
VIII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	27
IX - CONCLUSÃO	27
X - FOLHA DE ASSINATURA	30
XI - ANEXOS	31





I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Especial

Entidade Responsável: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS

CPF/CNPJ: 11.436.319/0001-80

Município/UF: ALFENAS-MG

Unidade Visitada: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS

CPF/CNPJ: 11.436.319/0001-80

Município/UF: ALFENAS/MG

Demandante: Setores Internos da SES

Forma: Direta

Objeto: Gestão

Abrangência: dezembro 2017 a setembro 2021

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	23/06/2021	10/09/2021
Execução - In loco	13/09/2021	16/09/2021
Relatório	17/09/2021	06/10/2021

Tarefa Nº: 132210

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

III - INTRODUÇÃO

III.1 FATOR DESENCADEANTE

Trata-se auditoria especial na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Alfenas, realizada em atendimento à demanda encaminhada pela Superintendente Regional de Saúde de Alfenas em 16/03/2021 por meio do Memorando.SES/URSALF.nº 8/2021, no qual encaminha pedido da Comissão Interna Permanente de Saúde Mental, do Conselho Municipal de Saúde de Alfenas, acerca da instauração de auditoria SUS, para fins de apurar possíveis ilícitos praticados no exercício da atividade desenvolvida pelo Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento (IMED), pessoa jurídica de direito privado, qualificada como Organização Social, na qualidade de prestadora de serviços públicos descentralizados.

III.2 OBJETIVO E ESCOPO

Avaliar a regularidade dos atos praticados pela Prefeitura Municipal de Alfenas/ Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Alfenas para a celebração do Contrato de Gestão com a IMED, bem como a regularidade na execução do respectivo contrato, o acompanhamento realizado e as prestações de contas, verificando a regularidade em relação a legislação aplicável, cláusulas previstas e resultados alcançados, com escopo de dezembro de 2017 a setembro de 2021.



III.3 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE AUDITORIA

Alfenas é município sede da macrorregião Sul e microrregião de Alfenas/Machado. Possui população estimada em 80.973 habitantes (IBGE 2021), para extensão territorial de 848,3 km². É detentor da gestão de seus prestadores desde 1993 por meio da Portaria GM/MS nº 3061 de 25 de junho de 1993. Com base em dados extraídos em 24/09/2021 no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), o município possui 3 Ambulatórios, 1 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) I, 1 Central de Medicamentos, 1 Central de Regulação, 1 Central de Vacinas, 1 Centro de Convivência, 1 Centro Odontológico, 1 Centro de Especialidades em DST/AIDS, 1 Clínica de especialidades Médicas, 20 Programa Saúde da Família (PSF) e 2 Unidades Básicas de Saúde (UBS). A partir março de 2018, o gerenciamento e execução das ações de saúde do serviço de saúde mental composto pelo CAPS I, 6 unidades de Residência Terapêutica e Centro de Convivência e 1 PSF tornaram responsabilidade da Organização Social (OS) Instituto de Medicina, Estudo e Desenvolvimento (IMED), através do Contrato de Gestão nº 001/2018. No decorrer do tempo, outras unidades de PSF também tornaram responsabilidade do IMED, totalizando 6 até setembro de 2021. Fonte: <http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>; <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/alfenas/panorama>;

IV - METODOLOGIA

IV. 1 FASE ANALÍTICA

A fase analítica da auditoria se desenvolveu no período de 23/06/2021 a 10/03/2021 por meio de:

- Análise de documentos referentes ao processo de auditoria – SEI nº 1320.01.0044436/2021-19;
- Consulta às legislações referentes a Organizações Sociais, Contratos de Gestão;
- Extração e análise de dados referentes ao Contrato de Gestão no portal da Transparência da prefeitura Municipal de Alfenas: <http://transparencia.alfenas.mg.gov.br/>;
- Extração e análise de dados referentes ao Contrato de Gestão no portal da Transparência do IMED: <http://imed.org.br/transparencia-alfenas/>, <http://imed.org.br/contratacoes-de-servicos/>, <http://imed.org.br/recursos-humanos-2/>;
- Análise dos documentos disponibilizados pela SMS de Alfenas em arquivo digital, através do Ofício nº 2016/SMS/2021 entregues na Superintendência Regional de Saúde de Divinópolis.

IV. 2 FASE OPERATIVA

- Dia 13/09/2021 às 13:30 – Reunião de abertura dos trabalhos de auditoria com a presença da Secretária Municipal de Saúde D.C.A., Coordenador da Atenção Primária T.L.S e Responsável pelo Setor de Contabilidade L.R.S.
- Dia 13/09/2021 a 16/09/2021 – Análise da documentação disponibilizada in loco, esclarecimento de dúvidas, complementação de informações.
- Dia 16/09/2021 – Visita às unidades de saúde do PSF Pinheirinho Santa Clara, Recreio/ Jardim Alvorada e Vila Betânia e feito Termo de Entrevista com o enfermeiro responsável por cada unidade.
- Dia 16/09/2021 às 15:00 – Reunião de encerramento dos trabalhos de auditoria com assinatura de Termo de Auditoria, na presença da Secretária Municipal de Saúde D.C.A., Coordenador da Atenção Primária T.L.S, Responsável pelo Setor de Contabilidade L.R.S e Prefeito Municipal L.A.S.

Limitações

Não apresentação de processo administrativo que comprovasse o cumprimento integral dos requisitos legais para outorga da qualificação do IMED como Organização Social.

V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 636271



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Subgrupo: Licitação

Item: Procedimento

Constatação: O município de Alfenas não apresentou processo administrativo que comprova o cumprimento integral dos requisitos legais para outorga da qualificação do IMED como Organização Social.

Evidência: Constatou-se que, em 06/12/2021, o IMED enviou requerimento para a Procuradoria Geral do Município de Alfenas a fim de ser qualificada enquanto associação civil sem fins lucrativos como Organização Social (OS) no âmbito do município de Alfenas. Este documento foi protocolado em 21/12/2017, sob o nº 38209/17. Em 12/01/2018, a Procuradoria Geral do Município de Alfenas emitiu Parecer Jurídico deferindo o requerimento do IMED. Em 15/01/2018, o IMED foi qualificado como Organização Social no município de Alfenas por meio do Decreto Municipal nº 2.025. Verificou-se que o IMED se identifica como OS qualificada por meio do Decreto Municipal nº 2025/2018 (autos do processo administrativo nº 38209/17) no Contrato nº 01/2018 e demais documentos emitidos pela IMED. Em consulta ao sistema de informação do município, foi constatado que o processo administrativo nº 38209/2017 foi protocolado 21/12/2017 às 12h38 e concluído em 21/12/2017 às 13h04. Contudo, o município de Alfenas não apresentou processo administrativo à equipe de auditoria comprovando o cumprimento integral dos requisitos legais para outorga da qualificação do IMED como Organização Social. Tal fato está em desacordo ao Decreto nº 1651/1995, art. 11, Decreto Estadual nº 45.015/2019, art. 4º inciso I alíneas b e c; Lei Municipal nº 4.732/2017, art. 1º §1º, Decreto Municipal nº 1.975/2017, Capítulo II - Da qualificação e desqualificação de Organizações Sociais, art. 2º.

Fonte da Evidência: Requerimento nº 38209/17, Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município de Alfenas de 12/01/2018, Decreto Municipal nº 2.025/2018, documentos estes constantes no processo de Chamamento Público nº 001/2017 - Processo nº 32205/2017, Relatório de Comprovante de Abertura dos Processos de 21/12/2017 e Ofício SES/AUDSUS nº 590/2021 de 10/08/2021 e Anexo I (Comunicado de Auditoria).

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio do OFÍCIO Nº 199/2022 - Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A enviou a seguinte manifestação: Considerando a documentação em anexo, tem-se houve protocolo eletrônico junto a prefeitura na data de 21/12/2017 às 12 horas e 38 minutos, abertura no sistema de protocolo, e consta conclusão na mesma data às 13 horas e 04 minutos. Veja-se: Quadro.

Ressalta-se que o sistema tem esses horários apenas para o início e o fim da geração do protocolo eletrônico o que posteriormente foi encaminhado ao setor de Procuradoria Geral do Município de forma física como pode ser verificado no espelho colacionado acima.

Tanto que, a Procuradoria Geral do Município não utiliza sistema eletrônico de recebimento e devolução de documentos e, seria impossível a emissão de parecer em tempo tão curto. Ocorre que, junto ao protocolo mencionado foi encaminhado de forma física à Procuradoria Geral o Requerimento de Qualificação de Associação Civil sem fins lucrativos como Organização Social juntamente com a documentação exigida no artigo 4º do Decreto Municipal n. 1.975, de 07 de novembro de 2017 o que possibilitou a análise e emissão do Parecer Jurídico (documento anexo) as 12 de janeiro de 2018. Ademais, no que tange ao prazo de requerimento por parte da entidade IMED cumpre informar houve cumprimento do prazo tendo em vista que houve uma retificação no Edital de chamamento público com a prorrogação do prazo da sessão pública do Processo de Seleção de Organizações Sociais n. 001/2017, por mais trinta dias, devidamente publicada no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais aos 08/12/2017 (documentos anexos).

2. Por meio do Ofícios SES/AUDSUS nº 369/2022 a pessoa física Sra. D.C.A. foi notificada e não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: 1. O auditado, em sua justificativa, ressalta que o sistema de protocolo acusou somente o horário de início e término do preenchimento do mesmo, via eletrônica e que processo para qualificação da IMED foi realizado junto à Procuradoria Geral do município de modo físico e finaliza sua justificativa explicando que o prazo para o requerimento pela IMED fora devidamente cumprido, considerando a retificação do edital. Junto às justificativas, foram enviados pela SMS à equipe de auditoria, documentos que já foram objeto de análise durante a fase operativa: relatório de comprovante de abertura dos processos de 21/12/2017, cópia das páginas 537; páginas 48 a 63; páginas 539 a 545; páginas 296 a 298 e página 548 do Processo nº 32.205/2017. A não apresentação do processo administrativo comprovando o cumprimento integral dos requisitos legais para outorga da qualificação do IMED como Organização Social (apontada como não conformidade) não foi



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



abordada pelo auditado em sua justificativa.

2. Não houve manifestação.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita e comunicação dos fatos à Câmara Municipal de Alfenas com fundamento na Constituição Federal, art. 31 §1º e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais com fundamento na Lei Complementar Estadual nº 102/2008, art. 3º, incisos IV, XVI e XVII.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11 436.319/0001-80

Recomendação: Comprovar o cumprimento integral dos requisitos legais para outorga da qualificação de Organizações Sociais em processos administrativos, conforme preconizado pelo Decreto nº1651/1995, art. 11, Decreto Estadual nº 45.015/2019, art. 4º inciso I alíneas b e c; Lei Municipal nº4.732/2017, art. 1º §1º, Decreto Municipal nº1.975/2017, Capítulo II - Da qualificação e desqualificação de Organizações Sociais, art. 2º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11 436.319/0001-80

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 636275

Subgrupo: Licitação

Item: Modalidade

Constatação: O município de Alfenas não realizou processo de licitação na modalidade de dispensa para celebração do Contrato de Gestão com a Organização Social IMED.

Evidência: Constatou-se que o município de Alfenas não realizou processo de licitação na modalidade de dispensa, e sim na modalidade de inexigibilidade para celebração do Contrato de Gestão com a Organização Social IMED. Em 01/11/2017, por meio da Portaria nº751/2017, foi constituída a Comissão Especial de Seleção e Avaliação visando a instrução e julgamento de Processos de seleção destinados às Organizações Sociais para celebrar Contrato de Gestão. Em 07/11/2017, foi aberto processo administrativo nº 32205/2017 devidamente autuado, protocolado e numerado. Em 01/03/2018, o contrato de gestão foi assinado sem prévia abertura de processo administrativo de licitação vinculado ao mesmo. A Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento de Alfenas realizou apostilamento do processo nº32205/2017 ao processo de licitação nº526/2017 - Inexigibilidade nº04/2017, aberto em 01/12/2017 e homologado e adjudicado em 02/04/2018. Este apostilamento foi feito após a assinatura do Contrato de Gestão, com isso o Contrato nº001/2018 foi alterado para Contrato nº58/2018. Tal fato está em desacordo com a Lei nº 8.666/93 art.24, inciso XXIV e art. 38, Lei Municipal nº 4.732/2017, art. 5º, §1º.

Fonte da Evidência: Documento da Secretaria de Planejamento e Gestão constante no processo nº32205/2017 (fl 1179), Ofício nº 018/2018 da Secretaria Municipal de Saúde constante no processo nº32205/2017 (fl 1180), e-mail datado de 06/09/2018 (fl 1183) e Termo de Homologação e Adjudicação constante no processo nº32205/2017 (fl.1162).

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio do OFÍCIO Nº 199/2022 - Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A enviou a seguinte manifestação: No que concerne a alegada inexigibilidade de licitação para a contratação do IMED - Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento, é mister esclarecer que a indicação constante do procedimento revela, apenas, um erro formal.

Conforme pode ser constatado da íntegra de todo procedimento, foi realizado a Dispensa de Licitação por Chamamento



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Público nº 001/2017, Processo nº 526/2017, não havendo falar em processo de inexigibilidade.

Prova disso, em nenhum momento, os procedimentos inerentes a um processo de inexigibilidade, tais como justificativa de preço, razão da escolha do fornecedor, ato de ratificação da inexigibilidade, constam do procedimento.

A referência a uma teórica inexigibilidade é decorrência, conforme comprova documentação anexa (prints de tela) que a empresa responsável pelo fornecimento do software de gestão de contratos, à época dos fatos, de uma limitação do próprio software que, não contemplar a forma adotada pelo Município - Dispensa/Chamamento Público para Seleção de Projeto - reconheceu o procedimento como se inexigibilidade de licitação fosse, o que não corresponde à realidade documental constante no processo, configurando, como dito anteriormente, mero erro formal, sem qualquer prejuízo ou comprometimento ao mencionado processo.

Frisa-se, ainda, que a validade do negócio jurídico celebrado com o IMED - Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento foi objeto de análise nos autos da Ação Civil Pública de nº 5005000-44.2019.8.13.0016, (sentença anexa) onde o julgamento do Douto Magistrado foi proferido que "não há nulidade da contratação".

Isso porque, O Ministério Público da Comarca de Alfenas/MG já fiscalizou e pediu a nulidade parcial do contrato de gestão n. 001/2018 e em análise judicial restou entendido que quanto ao mérito propriamente dito, a controvérsia é associada na análise se há ou não irregularidade na celebração do negócio jurídico.

Ressaltou o douto Juízo que "é fato incontroverso a existência do instrumento impugnado, sua execução, bem como a qualidade de "Organização Social" do Requerido IMED."

Ainda restou evidenciado que não há proibição ao administrador público firmar convênios ou termo de parceria, independente de licitação, na área da saúde pública, com "Organizações Sociais", desde que houvesse chamamento público, visto que a própria Constituição Federal prevê que as instituições privadas poderão participar de forma complementar ao SUS, além de que o Estado não é capaz de cumprir sua missão constitucional e precisa convocar os cidadãos ao auxílio na prestação dos serviços social.

2. Por meio do Ofícios SES/AUDSUS nº 369/2022 a pessoa física, Sra. D.C.A. foi notificada e não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: 1. O auditado alegou erro formal e enviou print da tela do programa para demonstrar este erro como uma questão de classificação de "inexigibilidade x dispensa" em razão de limitações de software contratado. Porém, não houve correção do erro pela administração de forma oportuna e não foram localizadas justificativas devidas e/ou necessárias para caracterizarem o processo como dispensa de licitação. Assim, a documentação apresentada foi insuficiente para demonstrar que ocorreu uma dispensa de licitação. O auditado enviou, ainda, sentença da Ação Civil Pública de nº 5005000-44.2019.8.13.0016 em que o julgamento proferido foi "não há nulidade da contratação". Sobre a Ação Civil Pública, conforme documentação apresentada, a modalidade de licitação não foi objeto de análise desta ação.

2. Não houve manifestação.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita e subsequente comunicação do fato constatado à Câmara Municipal de Alfenas com fundamento na Constituição Federal, art. 31, §1º, ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais em razão do disposto no art. 100 e 102 da Lei Federal nº 8.666/1993 e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais em razão do disposto no art. 3º, inciso XVI da Lei Complementar Estadual e art. 113, §1º da Lei Federal nº 8.666/1993.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11 436.319/0001-80

Recomendação: Adotar a modalidade de licitação adequada para celebração de Contratos de Gestão conforme preconizado pela Lei nº 8.666/93 art.24, inciso XXIV e art. 38, Lei Municipal nº 4.732/2017, art. 5º, §1º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
------	----------



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS

11.436.319/0001-80

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 636277

Subgrupo: Licitação

Item: Procedimento

Constatação: O processo administrativo nº 32205/2017 (alterado para nº526/2017) que viabilizou a formalização de Contrato de Gestão pela Prefeitura Municipal de Alfenas visando o gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde em Unidades de Saúde da Rede Assistencial não ocorreu em conformidade com a legislação vigente.

Evidência: O processo administrativo nº32205/2017 (alterado para nº526/2017) constituído para instrução e julgamento do Processo Seletivo e formalização do Contrato de Gestão do município de Alfenas com a OS estava devidamente instruído, com as páginas numeradas, apresentando Portaria nº 751/2017 em que foi constituída a Comissão Especial de Seleção e Avaliação visando à instrução e julgamento de Processos de Seleção destinados às Organizações Sociais para celebrar Contrato de Gestão, discriminação dos serviços a ser realizado, pedido da SMS de Alfenas de seleção de OS com descrição do objeto, da finalidade, demonstração dos objetivos e finalidades, viabilização da execução, valor de desembolso, informações técnicas-gerenciais como Anexo I ao pedido, Edital nº001/2017 (de seleção), Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município de Alfenas, Atas de reuniões da Comissão das etapas do processo de seleção e comprovantes de publicações. Verificou-se que somente o IMED se credenciou no processo de seleção e contratação de OS pela Prefeitura Municipal de Alfenas e apresentou todos os documentos exigidos no edital. Na data de realização da Sessão Pública de entrega dos envelopes pelo proponente, em 09/01/2018, o IMED não possuía a qualificação como OS, mas havia previamente apresentado requerimento de qualificação junto à Procuradoria Geral do Município de Alfenas, em conformidade com a previsão do art. 14, §2º, do Decreto Municipal nº 1.975 de 07/11/2017 e do subitem 4.1.1 do edital do Processo de Seleção nº011/2017 - SMS. Esta qualificação ocorreu em 15/01/2018 com a publicação do Decreto Municipal nº 2025/2018. Contudo, o processo administrativo nº 32205/2017 (alterado para nº526/2017) para a formalização de Contrato de Gestão pela Prefeitura Municipal de Alfenas ocorreu em desconformidade com a legislação vigente uma vez que não houve a dispensa de licitação com as devidas justificativas. Ademais, o processo seletivo foi homologado pelo Prefeito Municipal, sendo que, conforme previsão do Edital, os atos de homologação e adjudicação do processo seletivo são de competência do Secretário Municipal de Saúde. Tais fatos estão em desacordo com a Lei nº 8.666/93 art. 24 inciso XXIV, art. 26, art. 38, Lei Municipal nº 4.732/2017, art. 5º, §1º e Edital de Processo Seletivo nº 001/2017 - SMS, item 7.4.16.

Fonte da Evidência: Processo Administrativo nº32205/2017 (fls. 02, 05, 06, 08, 41, 69, 77, 175-178, 306, 311, 537, 539, 546, 549, 1022, 1034).

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 e 2. Por meio do OFÍCIO Nº 199/2022 - Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas e por meio do OFÍCIO Nº 001/2022, a representante da pessoa jurídica notificada, Sra. D.C.A e a pessoa física notificada, Sr L.A.S. enviaram a seguinte manifestação: Quanto a alegação de atos de homologação e adjudicação do Processo Seletivo terem sido realizado pelo Chefe do Poder executivo ressalta-se que a normativa contida na Lei 4.732, de 29 de maio de 2017, artigo 6º, parágrafo único, tem-se que após a aprovação pelo Conselho de Administração o contrato de gestão deve ser submetido ao chefe do Poder Executivo que ouvirá previamente a Secretaria Municipal de Saúde, assim sendo, entende-se que através da Comunicação Interna n. 100/028/2017 (documento anexo), houve a apreciação e requerimento prévio da Secretaria Municipal de Saúde quanto a referida contratação o que foi referendado pelo chefe do Poder Executivo entendendo assim que não houve nulidade na homologação.

Ainda, quanto aos citados artigos 24, inciso XXIV, 26 e 38 da lei 8.666/1993 e artigo 5º, § 1º da Lei Municipal n. 4.732/2017, também não há qualquer previsão de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Saúde para os atos de homologação.

No mais, em apreciação ao artigo 8º da Lei Municipal n. 4.732/2017, resta afirmado a autorização de firmar contrato de gestão pelo Poder Executivo o que justifica a homologação realizada pelo Prefeito Municipal.

3. Por meio do Ofícios SES/AUDSUS nº 369/2022 a pessoa física Sra. D.C.A. foi notificada e não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: 1 e 2. Em sua manifestação, o auditado descreve que "após a aprovação pelo Conselho de Administração o contrato de gestão deve ser submetido ao chefe do Poder Executivo que ouvirá previamente a Secretaria



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Municipal de Saúde" e ainda alega que tal fato ocorreu por meio da Comunicação Interna nº100/028/2017. Contudo, a não conformidade apontada se refere à ausência de justificativa para dispensa de licitação e ao fato do Chefe do Poder Executivo ter homologado e adjudicado o processo de licitação e não o contrato, este último citado pelo auditado. O auditado aponta que os artigos da legislação, citados pela auditoria, não preveem competência exclusiva da Secretaria Municipal de Saúde para os atos de homologação. Porém, o Edital nº001/2017 (de seleção), item 7.4.16 (p. 219) explicita que "Caberá então à Comissão de Avaliação e Seleção encaminhar ao Secretário Municipal de Saúde para homologação da seleção e adjudicação à entidade classificada em primeiro lugar (...)".

3. Não houve manifestação.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita e subsequente comunicação do fato constatado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais em razão do disposto no art. 3º, inciso XVI da Lei Complementar Estadual nº 102/2008 e art. 113, §1º da Lei Federal nº 8.666/1993.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11.436.319/0001-80

Recomendação: Instruir os processos administrativos conforme preconizado a Lei nº 8.666/93 art. 24 inciso XXIV, art. 26, art. 38, Lei Municipal nº 4.732/2017, art. 5º, §1º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11.436.319/0001-80

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 636278

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: A formalização do Contrato de Gestão nº01/2018 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alfenas e o IMED não ocorreu em conformidade com a legislação vigente.

Evidência: Constatou-se que o Contrato de Gestão nº01/2018 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alfenas e o IMED possui cláusulas discriminando as atribuições, responsabilidades e obrigações dos entes com publicação nos Diários Oficiais Municipal e Federal, especificação do plano de trabalho, estipulação das metas a serem atingidas bem como previsão de critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados. Contudo, o contrato em questão não estipula os limites e critérios para despesas com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados da OS no exercício de suas funções e não foi aprovado pelo Conselho de Administração do IMED. Tal fato está em desacordo com Lei Municipal nº 4.732/2017 - Seção III - Do contrato de Gestão art. 6º Parágrafo Único e 7º inciso II.

Fonte da Evidência: Contrato de Gestão nº 001/2018 (fl. 1035) e Edital nº 001/2017 (fl. 198) constantes no processo administrativo nº 32205/2017, Regulamento de compras e de contratação de obras, serviços e recursos humanos com plano de cargos, salários e benefícios rede de atenção básica de Alfenas-MG disponível em <http://imed.org.br/wp-content/uploads/2020/05/regulamento-compras-e-contratacao-de-servicos-e-rh-imed.pdf> com consulta em 22/09/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio do OFÍCIO Nº 199/2022 - Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, a representante da pessoa jurídica



notificada, sra. D.C.A enviou a seguinte manifestação: Quanto à conformidade do contrato com a legislação vigente, não resta dúvidas quanto à vinculação e cumprimento das normas regulamentadoras tendo em vista que tanto no Edital de Chamamento Público quanto no Contrato firmado há disposição expressa de vinculação à Lei Municipal n. 4.732/2017, de 29 de maio de 2017 e o Decreto Municipal n. 1.975, de 07 de novembro de 2017. Veja-se: Quadro

Além do mais, apesar de não constarem no contrato os limites para despesas com remuneração e vantagens a serem percebidas pelos dirigentes e empregados do IMED, o critério adotado como parâmetro na contratação de empregados, coordenadores e diretores foi a tabela salarial dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas definido no plano de cargos e carreiras da Lei Municipal n. 4.246/2011.

O teto salarial das categorias profissional e dos cargos de coordenação e direção do IMED, conforme tabela em anexo, não ultrapassa os valores salários e benefícios pagos aos servidores com cargos correspondentes na Secretaria Municipal de Saúde conforme tabelas salariais em anexo.

Quanto à aprovação do Contrato de Gestão pelo Conselho de Administração da entidade encaminhamos anexa Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada aos 28 de fevereiro de 2018, devidamente autenticada, que comprova o cumprimento do disposto no Parágrafo único do artigo 6º da Lei Municipal 4.732/2017, de 29 de maio de 2017.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº 369/2022 a pessoa física, a Sra. D.C.A. foi notificada e não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: 1. O auditado reconhece que não consta no Contrato nº01/2018 os limites e critérios para despesas com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados da OS no exercício de suas funções e alega que o parâmetro usado na contratação de empregados, coordenadores e dirigentes foi a Lei Municipal nº4.246/2011 (que define plano de cargos e carreiras). Enviou como comprovação cópia da página 1067 do Processo Administrativo nº 32.205/2017 que contém o item 4 - Plano de Cargos e Salários do IMED, bem como cópias dos quadros de referência de remuneração para os servidores municipais da Lei Municipal nº 4.246/2011, que são suficientes para demonstrar o atendimento formal às disposições da lei. Com relação à aprovação do contrato pelo Conselho de Administração do IMED, ficou demonstrado por documentação enviada que a mesma ocorreu na data citada.

2. Não houve manifestação.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11 436.319/0001-80

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 636280

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: A formalização dos termos aditivos ao Contrato de Gestão nº01/2018 (alterado para nº 58/2018) celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alfenas e o IMED ocorreu em conformidade com a legislação vigente.

Evidência: Verificou-se que foram realizados oito termos aditivos ao Contrato de Gestão nº01/2018 no período auditado, conforme relacionado abaixo:

- 1º Termo Aditivo: assinado em 09/04/2018, altera o cronograma de assunção das unidades de saúde constante no item 1.4 do Contrato de Gestão nº01/2018, readéqua o valor do contrato de gestão para o período de 24 meses iniciais no valor de R\$ 38.882.967,97 e ajusta item 3 (cronograma de execução), item 5 (cronograma de desembolso) e item 6 (plano orçamentário de custeio), conforme detalhado no Anexo 01 deste relatório, motivado pelas disposições orçamentárias do município;
- 2º Termo Aditivo: publicado em 21/09/2018 altera o número do processo administrativo de nº32205/2017 para nº



526/2017 e Contrato nº001/2018 para Contrato nº58/2018;

- 3º Termo Aditivo: assinado em 16/11/2018, altera o cronograma de assunção das unidades de saúde constante no item 1.4 do Contrato de Gestão nº01/2018, readéqua o valor do contrato de gestão para o período de 24 meses iniciais no valor de R\$ 16.297.333,46 e ajusta item 3 (cronograma de execução), item 5 (cronograma de desembolso) e item 6 (plano orçamentário de custeio), conforme detalhado nos Anexos 01 e 02 deste relatório, motivado pela junção de duas residências terapêuticas, pelas precisões assistenciais em conjunto com as disposições orçamentárias do município e pela necessidade de readequar as prestações de contas que passariam a ser quadrimestrais;

- 4º Termo Aditivo: assinado em 31/05/2019, altera o cronograma de assunção das unidades de saúde constante no item 1.4 do Contrato de Gestão nº01/2018, readéqua o valor do contrato de gestão para o período de 24 meses iniciais no valor de R\$ 15.885.517,58 e ajusta item 3 (cronograma de execução), item 5 (cronograma de desembolso) e item 6 (plano orçamentário de custeio), conforme detalhado nos Anexos 02 e 03 deste relatório, motivado pelas disposições orçamentárias do município;

- 5º Termo Aditivo: assinado em 01/02/2020, altera o cronograma de assunção das unidades de saúde constante no item 1.4 do Contrato de Gestão nº01/2018, readéqua o valor do contrato de gestão para o período de 24 meses iniciais no valor de R\$ 15.319.246,98 e ajusta item 3 (cronograma de execução), item 5 (cronograma de desembolso) e item 6 (plano orçamentário de custeio), conforme detalhado no Anexo 03 deste relatório, motivado pelas disposições orçamentárias do município;

- 6º Termo Aditivo: assinado em 01/04/2020, prorroga o Termo de Contrato nº058/2018, estabelecendo novo cronograma de custeio, mantendo o valor global para o período de 23 meses em R\$ 15.319.243,12, conforme detalhado no Anexo 03 deste relatório, motivado pela solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e Estudo Técnico da Superintendência de Planejamento e Gestão;

- 7º Termo Aditivo: assinado em 29/07/2020, altera o cronograma de assunção das unidades de saúde constante no item 1.4 do Contrato de Gestão nº01/2018, readéqua o valor do contrato de gestão para o 3º ano de vigência (período compreendido entre 25º e 36º mês) no valor de R\$ 7.279.634,77 e ajusta item 3 (cronograma de execução), item 5 (cronograma de desembolso) e item 6 (plano orçamentário de custeio), conforme detalhado nos Anexos 03 e 04 deste relatório, motivado pelas disposições orçamentárias do município;

- 8º Termo Aditivo: assinado em 01/02/2021, altera o cronograma de assunção das unidades de saúde constante no item 1.4 do Contrato de Gestão nº01/2018, readéqua o valor do contrato de gestão para o 4º ano de vigência (período compreendido entre 37º e 48º mês) no valor de R\$ 7.279.634,77 e ajusta item 3 (cronograma de execução), item 5 (cronograma de desembolso) e item 6 (plano orçamentário de custeio), conforme detalhado no Anexo 04 deste relatório, motivado pelas disposições orçamentárias do município. Estas alterações foram previstas no Edital nº001/2017. Tal fato está de acordo com Edital nº001/2017 item 10.18 e Lei nº 8.666/93 art. 60, 61, 62 e 65.

Fonte da Evidência: Edital nº001/2017 (fl. 198) constantes no processo nº32205/2017, 1º Termo Aditivo ao Contrato nº001/2018, 2º Termo Aditivo ao Contrato nº001/2018, 3º Termo Aditivo ao Contrato nº58/2018, 4º Termo Aditivo ao Contrato nº58/2018, 5º Termo Aditivo ao Contrato nº58/2018, 6º Termo Aditivo ao Contrato nº58/2018, 7º Termo Aditivo ao Contrato nº58/2018 e 8º Termo Aditivo ao Contrato nº58/2018 disponíveis no <http://imed.org.br/transparencia-alfenas/> acesso em 22/09/2021 e no processo administrativo nº32205/2017.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 636281

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: O Plano de trabalho (anexo I ao Contrato de Gestão nº001/2018) contém o Cronograma de Desembolso e Plano Orçamentário de Custeio.

Evidência: Constatou-se que o Plano de trabalho (anexo I ao Contrato de Gestão nº001/2018) contém o Cronograma de Desembolso e Plano Orçamentário de Custeio. Foi observada também a existência de Cronograma de Desembolso e Plano Orçamentário de Custeio nos 1º, 3º, 4º, 5º 6º, 7º e 8º Termos Aditivos ao Contrato de Gestão. Tal fato está de acordo com Contrato de Gestão nº 001, item 7.2.

Fonte da Evidência: Contrato de Gestão nº001/2018 (fl. 1035), 1º Termo Aditivo ao Contrato nº001/2018, 2º Termo Aditivo ao Contrato



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



nº001/2018, 3º Termo Aditivo ao Contrato nº58/2018, 4º Termo Aditivo ao Contrato nº58/2018, 5º Termo Aditivo ao Contrato nº58/2018, 6º Termo Aditivo ao Contrato nº58/2018, 7º Termo Aditivo ao Contrato nº58/2018 e 8º Termo Aditivo ao Contrato nº58/2018 disponíveis no <http://imed.org.br/transparencia-alfenas/> acesso em 22/09/2021 e no processo administrativo nº32205/2017.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 636284

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: Os Planos de Trabalhos apresentados no Anexo I do Contrato de Gestão nº001/2018 e nos Termos Aditivos estão sendo executados conforme previsto em relação à assunção das unidades de saúde pelo IMED das unidades de saúde de Alfenas.

Evidência: Verificou-se, por meio do Contrato de Gestão nº001/2018, que o IMED seguiu o cronograma apresentado, assumindo de forma imediata o CAPS I, 06 unidades de Residência Terapêutica, o Centro de Convivência e Cultura e o PSF Santa Clara Pinheirinho. Por meio do 1º Termo Aditivo, o IMED assumiu o PSF Recreio, PSF Recreio I, PSF Primavera I e PSF Primavera II seguindo o cronograma de previsão de assunção destas unidades em 40 dias após a assinatura do contrato. De acordo com o 3º Termo Aditivo, em 15/11/2018 ocorreu fusão de 02 unidades de Residência Terapêutica e a partir de fevereiro/2019, o IMED assumiu o PSF Vila Betânia seguindo o cronograma de previsão de assunção desta unidade em 336 dias após a assinatura do contrato. Os demais termos aditivos postergaram a data de assunção de novas unidades de saúde pelo IMED. Assim, desde fevereiro/2019, o IMED gerencia o CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, o Centro de Convivência e Cultura, o PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Recreio, PSF Recreio I, PSF Primavera I, PSF Primavera II e PSF Vila Betânia, conforme previsto nos instrumentos jurídicos vigentes. De acordo com os relatórios apresentados nas prestações de contas trimestrais/quadrimestrais, a IMED apresentou o quantitativo de consultas médicas e de enfermagem, procedimentos odontológicos e visitas domiciliares realizados compatíveis com as unidades de equipes de saúde da família assumidas, quanto à saúde mental, o IMED apresentou número de pacientes inseridos no CAPS, número de participantes em oficinas do Centro de Convivência e ainda comparativos entre as metas pactuadas e as executadas, incluindo metas de equipe mínima de profissionais com justificativas no caso de não alcance de metas. Tal fato está de acordo com Contrato de Gestão nº 001/2018, item 1 - Do Objeto, subitens 1.3, 1.4, 1.5, 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº001/2018, item 1 inciso I, 3º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº001/2018, item 1 inciso I, 4º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº001/2018, item 1 inciso I, 5º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº001/2018, item 1 inciso I, 7º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº001/2018, item 1 inciso I e 8º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº001/2018, item 1 inciso I.

Fonte da Evidência: Planos de Trabalho e Cronogramas de Desembolso presentes no Contrato de Gestão nº001/2018 (fl. 1035) e nos seguintes termos: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº001/2018, 2º Termo Aditivo ao Contrato nº001/2018, 3º Termo Aditivo ao Contrato nº58/2018, 4º Termo Aditivo ao Contrato nº58/2018, 5º Termo Aditivo ao Contrato nº58/2018, 6º Termo Aditivo ao Contrato nº58/2018, 7º Termo Aditivo ao Contrato nº58/2018 e 8º Termo Aditivo ao Contrato nº58/2018 disponíveis no <http://imed.org.br/transparencia-alfenas/> acesso em 22/09/2021 e no processo administrativo nº32205/2017, Relatórios Técnico de Prestação de Contas de março, abril e maio/2018; junho, julho e agosto/2018; setembro, outubro, novembro e dezembro/2018, Relatórios Técnico de Prestação de Contas do 1º, 2º, 3º e 4º trimestre dos anos de 2019 e 2020, Relatórios Técnico de Prestação de Contas do 1º e 2º trimestre de 2021, Empenhos analisados in loco nºs: 708/2018, 710/2018, 930/2018, 1136/2018, 1138/2018, 1226/2018, 1265/2018, 1416/2018, 1417/2018, 1418/2018, 1619/2018, 1660/2018, 1835/2018, 1840/2018, 2025/2018, 2026/2018, 2322/2018, 2323/2018, 175/2019, 176/2019, 177/2019, 290/2019, 291/2019, 292/2019, 592/2019, 593/2019, 594/2019, 757/2019, 765/2019, 971/2019, 972/2019, 973/2019, 1182/2019, 1183/2019, 1184/2019, 1288/2019, 1289/2019, 1290/2019, 1579/2019, 1580/2019, 1786/2019, 1787/2019, 1788/2019, 1852/2019, 1855/2019, 2013/2019, 2155/2019, 2157/2019, 2158/2019, 2243/2019, 53/2020, 54/2020, 352/2020, 353/2020, 603/2020, 604/2020, 789/2020, 790/2020, 1013/2020, 1250/2020, 1251/2020, 1270/2020, 1271/2020, 1581/2020, 1582/2020, 1853/2019, 2592/2020, 54/2021, 55/2021, 632/2021, 819/2021, 1077/2021, 1229/2021, 1503/2021, 1748/2021, 1980/2021, Relatório analítico por credor: IMED do período de 2018 a 2021.



Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 636286

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: A manutenção do número mínimo de profissionais estabelecidos nos Anexos I e V do Contrato de Gestão nº 001/2018 não está sendo garantida conforme previsto no Plano de Trabalho do Contrato de Gestão nº001/2018.

Evidência: Em 16/09/2021, no momento da visita às unidades de saúde Santa Clara Pinheirinho, Recreio Vale do Sol e Vila Betânia pela equipe de auditoria, foi constatada presença de equipe mínima conforme previsão do Contrato de Gestão nº001/2018 alterado para nº058/2018. Os Relatórios Técnicos Trimestrais de Prestação de Contas do período de 2018 a 2021 elaborados pela IMED demonstram a não manutenção do número mínimo de profissionais preconizado pelo Contrato de Gestão nº001/2018, conforme relatado a seguir:

- PSF Pinheirinho: registro de falta de 01 auxiliar de saúde bucal (ASB) e 01 cirurgião dentista (CD) no 3º Relatório Trimestral 2018;
- PSF Primavera I: registro de falta de 01 ASB e 01 cirurgião dentista nos 1º, 2º, 3º Relatório Trimestral 2019;
- PSF Primavera II: registro de falta de 01 Agente Comunitário de Saúde (ACS) nos 1º, 2º, 3º, 4º Relatório Trimestral 2019 e registro de falta de 02 ACS nos 1º, 2º, 3º Relatório Trimestral 2020;
- PSF Recreio I: registro de falta de 01 ACS nos 1º, 2º, 3º, 4º Relatório Trimestral 2019 e nos 1º, 2º, 3º Relatório Trimestral 2020;
- PSF Recreio II: registro de falta de 01 ACS, 01 cirurgião dentista e 01 ASB nos 1º, 2º, 3º, 4º Relatório Trimestral 2019 e nos 1º, 2º, 3º Relatório Trimestral 2020);
- CAPS: registro de falta de 03 terapeutas ocupacionais no 1º Relatório Trimestral 2019;

No 4º Relatório Trimestral 2020 e nos 1º e 2º Relatórios Trimestrais 2021, a avaliação de equipe mínima foi comprometida pelos afastamentos de profissionais pertencentes ao grupo de risco para COVID-19. Também foi comparado o estabelecido como equipe mínima no Contrato de Gestão nº001/2018 com relatórios do SCNES e as folhas de frequência, estes dois últimos tendo por amostragem os meses de julho nos anos de 2018 a 2021. Conforme demonstrado no ANEXO 5 deste relatório, ficou comprovada a ausência de profissionais no CNES e em folha de frequência; demonstrando que o contrato não estava sendo cumprido. Foi comprovada também a presença de profissionais cadastrados no CNES sem registro em folha de frequência, não permitindo comprovação pela equipe de auditoria da existência destes profissionais nas unidades de saúde. Tal fato está em desacordo com o Contrato de Gestão nº001/2018, item 1- Do objeto, subitem 1.6.

Fonte da Evidência: Relatórios Técnicos de Prestação de Contas de março, abril e maio/2018; junho, julho e agosto/2018; setembro, outubro, novembro e dezembro/2018, Relatórios Técnico de Prestação de Contas do 1º, 2º, 3º e 4º trimestre dos anos de 2019 e 2020, Relatórios Técnico de Prestação de Contas do 1º e 2º trimestre de 2021, relatórios extraídos do SCNES por profissionais dos meses de julho/2018, julho/2019, julho/2020 e julho/2021 dos PSFs Santa Clara Pinheirinho, Recreio Vale do Sol, Primavera e Vila Betânia e CAPS I, Plano de Trabalho presente no Contrato de Gestão nº001/2018 (fl. 1035) e registros de folhas de frequências dos meses de julho/2018, julho/2019, julho/2020 e julho/2021 dos profissionais dos PSFs Santa Clara Pinheirinho, Recreio Vale do Sol, Primavera e Vila Betânia e CAPS I, visita in loco no dia 16/09/2021 às unidades de saúde Santa Clara Pinheirinho, Recreio Vale do Sol e Vila Betânia e Termo de Entrevista com S.N.A., enfermeira do PSF Vila Betânia de 16/09/2021 e Termo de Entrevista com A.N.G., enfermeira do PSF Recreio/Jardim Alvorada de 16/09/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio do OFÍCIO Nº 199/2022 - Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A enviou a seguinte manifestação: Em atenção a não conformidade constatada referente à manutenção do número mínimo de profissionais estabelecidos no Contrato de Gestão 001/2018 e Plano de Trabalho 001/2018, a Secretaria Municipal de saúde de Alfenas destaca que a própria equipe de auditoras em seu relato constante no supracitado documento, referem "(...) no momento da visita as unidades de saúde foi constatado pela equipe de auditoria a presença de equipe mínima conforme previsão de Contrato de Gestão(...)", todavia a auditoras não encontram o registro da equipe mínima no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Cabe esclarecer que, devido a alta rotatividade de profissionais na rede municipal de saúde, por vezes o setor responsável



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



não realiza a inserção e exclusão dos profissionais em concomitância com a realidade, incorrendo no contexto identificado pelas auditoras, onde na prática a Unidade de Saúde possuía equipe mínima, porém os registros estavam desatualizados. Cientes do fato, tão breve à época da auditoria foi encaminhado solicitação ao setor responsável para regularização da composição das equipes no CNES, que encontra-se regular conforme documentação anexa.

2. Por meio do Ofícios SES/AUDSUS nº 369/2022 a pessoa física Sra. D.C.A. foi notificada e não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: 1. O auditado não se manifestou quanto aos Relatórios Técnicos Trimestrais de Prestação de Contas do período de 2018 a 2021 elaborados pela IMED que demonstravam a não manutenção do número mínimo de profissionais preconizado pelo Contrato de Gestão nº001/2018, permanecendo a não conformidade. Com relação a divergência dos dados do CNES com a realidade encontrada pela equipe de auditoria, o auditado reconhece que pela alta rotatividade de profissionais na rede municipal de saúde, a inserção e exclusão dos profissionais ficou prejudicada e manifestou intenção de correção desta irregularidade, com o envio de relatório do CNES atualizado em 10/11/2022.

2. Não houve manifestação.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram parcialmente acatadas. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11 436.319/0001-80

Recomendação: Manter o número mínimo de profissionais estabelecidos nos Anexos I e V do Contrato de Gestão nº 001/2018, conforme previsto no Plano de Trabalho do Contrato de Gestão nº001/2018 conforme preconizado pelo Contrato de Gestão nº001/2018, item 1- Do objeto, subitem 1.6.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11 436.319/0001-80

Grupo: Recursos Humanos

Constatação Nº: 636288

Subgrupo: Gestão

Item: Administração

Constatação: O processo de contratação e gestão de recursos humanos não segue o preconizado pelo Contrato de Gestão nº 001/2018 (alterado para nº 058/2018).

Evidência: Foram analisados os processos de contratação de recursos humanos e verificado que o IMED possui regulamento próprio para execução destas ações e que foram realizados processos seletivos com prévia divulgação e publicação dos resultados destes. Não houve contratação de recursos humanos, sem processo seletivo prévio. Foi comprovado que o IMED realiza ações no sentido de apurar e advertir faltas funcionais. Porém, ao se verificar o controle de frequência, constatou-se que, apesar de solicitados previamente pela equipe de auditoria, não foram apresentados todos os registros de frequência dos profissionais das unidades de saúde referentes aos meses de julho/2018, julho/2019, julho/2020 e julho/2021. A falta de apresentação dos registros de frequência está em desacordo com Contrato de Gestão nº 001/2018, item 4 - Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada, subitem 4.2.5. Auditado sujeito à penalidade de Advertência Escrita.

Fonte da Evidência: Registros de folhas de frequências dos meses de julho/2018, julho/2019, julho/2020 e julho/2021 dos profissionais dos PSFs Santa Clara Pinheirinho, Recreio Vale do Sol, Primavera e Vila Betânia e CAPS I, Lista dos processos seletivos para contratação de Recursos Humanos do IMED do período de março/2018 a setembro/2021, processos seletivos do período de 2018 a 2021, disponíveis em <http://imed.org.br/recursos-humanos-2/> acesso



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



em 23/09/2021, Registros de: Advertência Disciplinar, Comunicado, Orientação de Advertência Verbal, Carta de Advertência de Disciplina, Comunicação Interna do período de março/2018 a setembro/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio do OFÍCIO Nº 199/2022 - Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A enviou a seguinte manifestação: No momento da auditoria as folhas de ponto não foram entregues na sua totalidade aos referidos auditores sendo que para análise seguem anexas as folhas de ponto referente aos meses de julho/2018, julho/2019, julho/2020 e julho/2021.

2. Por meio do Ofícios SES/AUDSUS nº 369/2022 a pessoa física Sra. D.C.A. foi notificada e não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: 1. Foram apresentados os Registros de folhas de frequências dos meses de julho/2018, julho/2019, julho/2020 e julho/2021 dos profissionais das unidades referentes ao Contrato de Gestão nº001/2018, demonstrando a existência de controle.

2. Não houve manifestação.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11 436.319/0001-80

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 636289

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: Os repasses realizados pela SMS referentes ao Contrato de Gestão nº 001/2018 (alterado para nº 058/2018) e Termos Aditivos estão sendo aplicados integralmente na execução do objeto pactuado.

Evidência: Constatou-se que os recursos financeiros relativos ao Contrato de Gestão nº 001/2018 (alterado para nº058/2018) e seus Termos Aditivos são repassados em conta única e exclusiva para sua movimentação. Em análise das prestações de contas, verificou-se que as despesas apresentadas nas prestações de contas foram executadas de acordo com objeto do contrato e com extratos bancários e notas fiscais apresentadas. Tal fato está de acordo com Contrato de Gestão nº 001/2018, item 1 - Do Objeto, subitem 1.1 e 1.7, item 4 - Das obrigações e responsabilidades da contratada, subitens 4.1 e 4.1.1 e item 7 - Do Financiamento do Contrato de Gestão, subitem 7.1, 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

Fonte da Evidência: CEF Ag. 095-3 c/c 613906-2 do período de março/2018 a julho/2021, Empenhos analisados in loco nºs: 708/2018, 710/2018, 930/2018, 1136/2018, 1138/2018, 1226/2018, 1265/2018, 1416/2018, 1417/2018, 1418/2018, 1619/2018, 1660/2018, 1835/2018, 1840/2018, 2025/2018, 2026/2018, 2322/2018, 2323/2018, 175/2019, 176/2019, 177/2019, 290/2019, 291/2019, 292/2019, 592/2019, 593/2019, 594/2019, 757/2019, 765/2019, 971/2019, 972/2019, 973/2019, 1182/2019, 1183/2019, 1184/2019, 1288/2019, 1289/2019, 1290/2019, 1579/2019, 1580/2019, 1786/2019, 1787/2019, 1788/2019, 1852/2019, 1855/2019, 2013/2019, 2155/2019, 2157/2019, 2158/2019, 2243/2019, 53/2020, 54/2020, 352/2020, 353/2020, 603/2020, 604/2020, 789/2020, 790/2020, 1013/2020, 1250/2020, 1251/2020, 1270/2020, 1271/2020, 1581/2020, 1582/2020, 1853/2019, 2592/2020, 54/2021, 55/2021, 632/2021, 819/2021, 1077/2021, 1229/2021, 1503/2021, 1748/2021, 1980/2021, Relatório analítico por credor: IMED do período de 2018 a 2021, Prestações de Contas mensais apresentadas pelo IMED de março, abril e maio/2018; junho, julho e agosto/2018; setembro, outubro, novembro e dezembro/2018, Prestações de Contas apresentadas pelo IMED do 1º, 2º, 3º e 4º trimestre dos anos de 2019, 2020 e 2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Controle Social

Constatação Nº: 636383



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Subgrupo: Ouvidoria/Central de Atendimento ao Usuário

Item: Integração com outras instâncias/MP/Conselho Saúde

Constatação: O Serviço de Atenção ao Usuário (SAU) nas unidades sob a responsabilidade do IMED não está integrado ao Sistema de Ouvidoria da SMS de Alfenas.

Evidência: Verificou-se que o IMED implantou o serviço de atenção ao usuário nas unidades sob sua responsabilidade, por meio de instalação de caixas para recolhimento dos formulários de pesquisa de satisfação preenchidos com sugestões, avaliações ou reclamações. O preenchimento destes formulários é espontâneo e as demandas são acolhidas e avaliadas pelo IMED. As demandas após tratadas são encaminhadas ao profissional envolvido e dadas devidas respostas de providência tomadas ao demandante. A SMS de Alfenas não possui Sistema de Ouvidoria em Saúde, não permitindo a integração do SAU ao Sistema de Ouvidoria da SMS de Alfenas. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI - Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde, artigo 3º inciso III, ANEXO 1 DO ANEXO XXXIX - Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa (ParticipaSUS), Ações a serem desenvolvidas, item 3 alínea h e Atribuições e Responsabilidades das Esferas de Gestão, subitem 5.3, número 19 e Título V - Da Participação Social, Capítulo I - Da Ouvidoria do SUS, artigos 114, 115, 117, 118 e 119 e Contrato de Gestão nº 001/2018, item 4 - Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada, subitem 4.1.5.

Fonte da Evidência: Formulários de Pesquisa de Satisfação preenchidos do período de 2018 a 2021, documentos que comprovam o tratamento das demandas acolhidas pelo IMED do período de 2018 a 2021, Termo de Informação 03 do processo SEI 1320.01.0044388-54 fornecido pela Sra. D.C.A. Secretária Municipal de Saúde de Alfenas e Srs.T.L.S., L.R.S. e K.V., membros da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do Contrato e Gestão de 15/09/2021, visita in loco no dia 16/09/2021 às unidades de saúde Santa Clara Pinheirinho, Recreio e Vila Betânia e Termo de Entrevista com S.N.A., enfermeira do PSF Vila Betânia de 16/09/2021 e Termo de Entrevista com A.N.G., enfermeira do PSF Recreio de 16/09/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 365/2022, a representante da pessoa jurídica notificada, Sra. D.C.A foi notificada, mas não se manifestou acerca desta não conformidade.
2. Por meio do Ofícios SES/AUDSUS nº 369/2022 a pessoa física Sra. D.C.A. foi notificada e não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: Não houve manifestação acerca desta não conformidade. propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11 436.319/0001-80

Recomendação: Implantar o Sistema de Ouvidoria da SMS de Alfenas com posterior integração do Serviço de Atenção ao Usuário (SAU) nas unidades sob a responsabilidade do IMED, conforme a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI - Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde, artigo 3º inciso III, ANEXO 1 DO ANEXO XXXIX - Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa (ParticipaSUS), Ações a serem desenvolvidas, item 3 alínea h e Atribuições e Responsabilidades das Esferas de Gestão, subitem 5.3, número 19 e Título V - Da Participação Social, Capítulo I - Da Ouvidoria do SUS, artigos 114, 115, 117, 118 e 119 e Contrato de Gestão nº 001/2018, item 4 - Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada, subitem 4.1.5. .

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11 436.319/0001-80

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 636387



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: Inexistência de indicação pela SMS de Alfenas de gestor público para o desenvolvimento de ações de fiscalização da execução do objeto do Contrato de Gestão nº 01/2018 (alterado para nº 058/2018).

Evidência: Constatou-se que a SMS de Alfenas não indicou gestor público ou representante da administração para o desenvolvimento de ações de fiscalização da execução do objeto do Contrato de Gestão nº01/2018 (alterado para nº058/2018). Tal fato está em desacordo com Lei Federal nº 8.666/93, artigo 67, Lei Municipal nº 4.732/2017, art. 9º e Contrato de Gestão nº 001/2018, item 5 - Das Obrigações da Contratante, subitem 5.11.

Fonte da Evidência: Declaração fornecida pela Sra. D.C.A., Secretária Municipal de Saúde de Alfenas de 27/08/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 365/2022, a representante da pessoa jurídica notificada, Sra. D.C.A foi notificada, mas não se manifestou acerca desta não conformidade.
2. Por meio do Ofícios SES/AUDSUS nº 369/2022 a pessoa física Sra. D.C.A. foi notificada e não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: Não houve manifestação acerca desta não conformidade. Propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita e subsequente comunicação do fato constatado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em razão do disposto no art. 3º, incisos XIII e XVI e art. 62 da Lei Complementar Estadual nº 102/2008 e artigo 113, § 1º da Lei nº 8.666/93.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11 436.319/0001-80

Recomendação: Indicar gestor público para o desenvolvimento de ações de fiscalização da execução do objeto do Contrato de Gestão nº 01/2018 (alterado para nº 058/2018), conforme Lei Federal nº 8.666/93, artigo 67, Lei Municipal nº 4.732/2017, art. 9º e Contrato de Gestão nº 001/2018, item 5 - Das Obrigações da Contratante, subitem 5.11.

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 636412

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: O Poder Executivo municipal regulamentou a instalação e o funcionamento da Comissão de Avaliação responsável pela análise do Contrato de Gestão nº 001/2018 (alterado para nº058/2018).

Evidência: Constatou-se que o Poder Executivo municipal regulamentou a instalação e o funcionamento da Comissão de Avaliação responsável pela análise do Contrato de Gestão nº 001/2018 (alterado para nº058/2018), através da Portaria Municipal nº 226/2018, que determina em seu art. 3º que as ações da comissão serão pautadas pelo item 6 do contrato citado. Tal fato está de acordo com Lei Municipal nº 4.732/2017, art. 9º, § 4º.

Fonte da Evidência: Portaria Municipal nº 226/2018 de 01/06/2018;
Contrato de Gestão nº001/2018 (alterado para nº 058/2018).

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 636413

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: O Poder Executivo municipal instalou a Comissão de Avaliação responsável pela análise do Contrato de Gestão nº001/2018 (alterado para nº058/2018), em conformidade com a legislação vigente.

Evidência: Constatou-se que o Poder Executivo municipal nomeou, por meio da Portaria Municipal nº226 de 01/06/2018, Comissão



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do Contrato nº001/2018. Esta comissão foi formalmente constituída, indicada pelo Poder Executivo e foi composta por especialista de notória capacidade e adequada qualificação. Tal fato está de acordo com Lei Municipal nº 4.732/2017 artigo 9º, §2º e 4º e Contrato de Gestão nº 001/2018, item 6 - Do Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização, subitem 6.1.

Fonte da Evidência: Portaria Municipal nº 226 de 01/06/2018.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 636416

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização não atua de acordo com as competências previstas no Contrato de Gestão nº001/2018 (alterado para nº058/2018) e legislação vigente.

Evidência: Constatou-se que a Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização formada pelas Sras. A.S. e K.V.L. e pelos Srs. L.R.S. e T.L.S. reúne-se regularmente a cada três meses, com exceção do ano de 2020, devido à pandemia COVID-19. Essas reuniões são registradas em Atas com emissão de um parecer. Contudo, nestes registros não houve identificação do alcance das metas do contrato com finalidade de determinar seu progresso, identificar eventuais desvios e indicar medidas de correção. A análise da comissão dos relatórios emitidos pelo IMED de execução do contrato não registra comparativos específicos entre as metas propostas e os resultados alcançados bem como não há registros de apreciação da Comissão sobre a proporcionalidade das metas alcançadas pelo IMED e os possíveis descontos pelo não cumprimento das metas manutenção de equipe mínima, de produção assistencial e de qualidade. Assim, os pareceres emitidos pela Comissão apenas relatam a aprovação da prestação de contas do IMED. Tal fato está em desacordo com Lei Municipal nº 4.732/2017 artigo 9º, §2º e 4º, artigos 10 e 11 e Contrato de Gestão nº 001/2018, item 6. Do Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização, subitens 6.1, 6.2 e 6.3 e 6.4, item 7-Do Financiamento do Contrato de Gestão, subitem 7.3.2, item 8-Da Prestação de Contas e do Acompanhamento da Execução Financeira subitens 8.4 e 8.5, 8.6, 8.7, item 10- Parâmetros para Transferência de Recursos em Função da Avaliação do Desempenho subitens 10.2.3, 10.2.4, 10.3.2, 10.3.4.

Fonte da Evidência: Atas das reuniões e pareceres emitidos pela Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do período de março/2018 a setembro/2021, Prestações de Contas mensais apresentadas pelo IMED de março, abril e maio/2018; junho, julho e agosto/2018; setembro, outubro, novembro e dezembro/2018, Prestações de Contas apresentadas pelo IMED do 1º, 2º, 3º e 4º trimestre dos anos de 2019, 2020 e 2021, Relatórios Técnicos de Prestação de Contas de março, abril e maio/2018; junho, julho e agosto/2018; setembro, outubro, novembro e dezembro/2018, Relatórios Técnico de Prestação de Contas do 1º, 2º, 3º e 4º trimestre dos anos de 2019 e 2020, Relatórios Técnico de Prestação de Contas do 1º e 2º trimestre de 2021, relatórios extraídos do SCNES por profissionais dos meses de julho/2018, julho/2019, julho/2020 e julho/2021 dos PSFs Santa Clara Pinheirinho, Recreio Vale do Sol, Primavera e Vila Betânia e CAPS

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio do OFÍCIO Nº 199/2022 - Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A enviou a seguinte manifestação: Os trabalhos de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização foram inicialmente realizados pela Comissão constituída aos 01 de junho de 2018, portaria n. 226 (documento anexo) que promoveu reuniões cujas atas seguem anexas. Ocorre que, no período de Março/2020 a Setembro/2022 devido ao estado de calamidade pública ante a Pandemia do COVID-19 (decreto anexo) tais trabalhos na Secretaria Municipal de Saúde bem como acúmulo de funções dos membros da comissão que atuaram inclusive nos trabalhos do Gabinete de Enfrentamento ao Covid-19.

Contudo, iniciou-se a ação reparadora com a solicitação de recomposição da comissão vigente através da solicitação encaminha via Comunicação Interna n. 324/SMS/2022 para que seja apurada a Prestação de Contas do período em aberto.

Para tanto, em momento oportuno será realizado o encaminhamento de documentos e informações complementares acerca da ação reparadora supracitada.

2. Por meio dos Ofícios SES/AUDSUS nº 366/2022, nº 367/2022, nº 368/2022, 369/2022 e 370/2022 os agentes



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



responsabilizáveis (pessoa física) Sr. T.L.S., Sr L.R.S., Sra K.V.S., Sra D.C.A. e Sra A.S. foram notificados respectivamente e não apresentaram manifestação.

Análise da Justificativa: 1. O auditado reafirma o conteúdo apresentado pela equipe de auditoria na evidência, com envio de atas que já foram objeto de avaliação, bem como relata a situação atípica do período de pandemia. Enviou, ainda, documento sobre a solicitação de recomposição da comissão vigente e informa que documentos e informações complementares serão encaminhados, oportunamente. Entretanto, a não conformidade apontada nesta constatação está relacionada à atuação da comissão registrada nas atas, que não atende ao previsto na legislação vigente, ou seja, não houve, por parte da comissão, a identificação do alcance das metas do contrato com finalidade de determinar seu progresso, identificar eventuais desvios e indicar medidas de correção.

2. Não houve manifestação.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11.436.319/0001-80

Recomendação: Assegurar a atuação da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização de acordo com as competências previstas na Lei Municipal nº 4.732/2017, artigo 9º, §2º e 4º, artigos 10 e 11 e Contrato de Gestão nº 001/2018, item 6. Do Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização, subitens 6.1, 6.2 e 6.3 e 6.4, item 7-Do Financiamento do Contrato de Gestão, subitem 7.3.2, item 8-Da Prestação de Contas e do Acompanhamento da Execução Financeira subitens 8.4 e 8.5, 8.6, 8.7, item 10- Parâmetros para Transferência de Recursos em Função da Avaliação do Desempenho subitens 10.2.3, 10.2.4, 10.3.2, 10.3.4.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11.436.319/0001-80

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 636418

Subgrupo: Contrato

Item: Pagamento

Constatação: Os repasses realizados pela SMS referentes ao contrato de gestão nº 001/2018 e seus aditivos são efetuados em conta bancária exclusiva do IMED para a sua execução.

Evidência: Constatou-se que os recursos financeiros relativos ao Contrato de Gestão nº 001/2018 (alterado para nº058/2018) são repassados em conta única e exclusiva do IMED para sua execução. Tal fato está de acordo com Contrato de Gestão nº 001/2018, item 7.1.1.

Fonte da Evidência: Extratos Bancários - CEF Ag. 095-3 c/c 613906-2 do período de março/2018 a julho/2021, Empenhos analisados in loco nºs: 708/2018, 710/2018, 930/2018, 1136/2018, 1138/2018, 1226/2018, 1265/2018, 1416/2018, 1417/2018, 1418/2018, 1619/2018, 1660/2018, 1835/2018, 1840/2018, 2025/2018, 2026/2018, 2322/2018, 2323/2018, 175/2019, 176/2019, 177/2019, 290/2019, 291/2019, 292/2019, 592/2019, 593/2019, 594/2019, 757/2019, 765/2019, 971/2019, 972/2019, 973/2019, 1182/2019, 1183/2019, 1184/2019, 1288/2019, 1289/2019, 1290/2019, 1579/2019, 1580/2019, 1786/2019, 1787/2019, 1788/2019, 1852/2019, 1853/2019, 1855/2019, 2013/2019,



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



2155/2019, 2157/2019, 2158/2019, 2243/2019, 53/2020, 54/2020, 352/2020, 353/2020, 603/2020, 604/2020, 789/2020, 790/2020, 1013/2020, 1250/2020, 1251/2020, 1270/2020, 1271/2020, 1581/2020, 1582/2020, 1837/2020, 2592/2020, 54/2021, 55/2021, 632/2021, 819/2021, 1077/2021, 1229/2021, 1503/2021, 1748/2021, 1980/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 636421

Subgrupo: Contrato

Item: Pagamento

Constatação: A SMS não realiza os repasses de custeio das parcelas mensais até o 5º dia útil de cada mês subsequente conforme Contrato de Gestão nº001/2018 (alterado para nº058/2018).

Evidência: Constatou-se que a SMS não realiza os repasses de custeio das parcelas mensais para o IMED até o 5º dia útil de cada mês subsequente apesar de previsão no Contrato de Gestão nº001/2018 (alterado para nº058/2018), conforme demonstrado nos ANEXOS 1, 2, 3 e 4 deste relatório, relativos aos anos de execução de 2018, 2019, 2020 e 2021. Não há regularidade para emissão dos empenhos e para realização das transferências dos recursos. A transferência dos recursos financeiros ao IMED ocorre, na maioria das vezes, de forma fracionada. Tal fato está em desacordo com Contrato de Gestão nº 001/2018, item 5. Das Obrigações da Contratante, subitens 5.2, 5.3, item 7-Do Financiamento do Contrato de Gestão, subitem 7.3.1.

Fonte da Evidência: Extratos Bancários - CEF Ag. 095-3 c/c 613906-2 do período de março/2018 a julho/2021, processos de pagamentos analisados in loco - Empenhos nºs: 708/2018, 710/2018, 930/2018, 1136/2018, 1138/2018, 1226/2018, 1265/2018, 1416/2018, 1417/2018, 1418/2018, 1619/2018, 1660/2018, 1835/2018, 1840/2018, 2025/2018, 2026/2018, 2322/2018, 2323/2018, 175/2019, 176/2019, 177/2019, 290/2019, 291/2019, 292/2019, 592/2019, 593/2019, 594/2019, 757/2019, 765/2019, 971/2019, 972/2019, 973/2019, 1182/2019, 1183/2019, 1184/2019, 1288/2019, 1289/2019, 1290/2019, 1579/2019, 1580/2019, 1786/2019, 1787/2019, 1788/2019, 1852/2019, 1853/2019, 1855/2019, 2013/2019, 2155/2019, 2157/2019, 2158/2019, 2243/2019, 53/2020, 54/2020, 352/2020, 353/2020, 603/2020, 604/2020, 789/2020, 790/2020, 1013/2020, 1250/2020, 1251/2020, 1270/2020, 1271/2020, 1581/2020, 1582/2020, 2592/2020, 1837/2020, 54/2021, 55/2021, 632/2021, 819/2021, 1077/2021, 1229/2021, 1503/2021, 1748/2021, 1980/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio do OFÍCIO Nº 199/2022 - Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A enviou a seguinte manifestação: Tendo em vista que parte dos recursos que compõem o repasse de custeio são oriundos de verbas vinculadas ao Ministério da Saúde, transferência fundo a fundo, e que estes não entram nas contas do Fundo Municipal de Saúde até o dia útil estipulado no contrato (planilha demonstrativa em anexo - FNS Fundo Nacional de Saúde), houve uma convenção entre as partes no sentido de que o atraso de alguns dias seria tolerado sem nenhum prejuízo.

Ressalta-se, contudo, que nunca houve suspensão ou paralização da prestação de serviços em decorrência desse atraso bem como o repasse total nunca extrapolou o período do mês de competência.

2. Por meio do Ofícios SES/AUDSUS nº 369/2022 a pessoa física Sra. D.C.A. foi notificada e não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: 1. Na manifestação, o auditado reconhece a ocorrência de atrasos nos repasses de custeio das parcelas mensais até o 5º dia útil de cada mês subsequente conforme Contrato de Gestão nº001/2018 e cita haver o acordo entre as partes para tolerância deste atraso. Não foi enviada documentação que comprovasse este acordo e/ou alteração do contrato acerca da data limite de repasse dos recursos.

2. Não houve manifestação.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome

CPF/CNPJ



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS

11 436.319/0001-80

Recomendação: Realizar os repasses de custeio das parcelas mensais até o 5º dia útil de cada mês subsequente conforme Contrato de Gestão nº 001/2018, item 5. Das Obrigações da Contratante, subitens 5.2, 5.3, item 7-Do Financiamento do Contrato de Gestão, subitem 7.3.1.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11 436.319/0001-80

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 636587

Subgrupo: Contrato

Item: Pagamento

Constatação: Os valores de repasses realizados pela SMS à OS não consideraram os parâmetros estabelecidos no Contrato de Gestão nº001/2018 (alterado para nº058/2018).

Evidência: Constatou-se que os repasses dos valores de custeio realizados a OS foram inferiores aos quantitativos das unidades de saúde assumidas, não correspondendo ao previsto no Plano Orçamentário de Custeio (fls. 1174, 1205, 1258, 1273, 1400, 1417) e no Cronograma de Desembolso (fls. 1068- 1069, 1172-1173, 1203-1204, 1256-1257, 1271-1272, 1397-1399, 1413-1416) integrantes do Plano de Trabalho. A OS assumiu as unidades conforme proposto pelo Contrato de Gestão nº01/2018 (alterado para nº58/2018) e termos aditivos. Conforme previsto no subitem 7.3.1 do Contrato, o repasse dos valores de custeio estaria condicionado a dois fatores: a) quantitativo de unidades assumidas; b) resultado da avaliação de critérios estabelecidos no item 10 do contrato (manutenção de equipe mínima, produtividade por linha de serviço e metas de qualidade). Caberia à Comissão de Acompanhamento, Avaliação e fiscalização avaliar o cumprimento do cronograma de assunção das unidades e o desempenho quanto aos parâmetros do item 10 do Contrato, o que não aconteceu. Conforme demonstrado nos anexos 1, 2 e 3, deste relatório, a SMS de Alfenas repassou ao IMED valores a menor do que os previstos no Cronograma de Desembolso nos anos de 2018 a 2020, contudo não apresentou como fundamento nenhuma das condições determinantes de pagamento proporcional (subitem 7.3.1 do Contrato de Gestão) ou desconto (subitens 10.1.1, 10.2.2, 10.2.4, 10.3.3 e 10.3.4), uma vez que a Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão não exerceu plenamente suas competências. Tal fato está em desacordo ao Contrato de Gestão nº 001/2018, item 7 - Do Financiamento do Contrato de Gestão, subitens 7.3.1, 7.3.2, 7.3.3., subitens 10.1.1, 10.2.2, 10.2.4, 10.3.3 e 10.3.4.

Fonte da Evidência: Extratos Bancários - CEF Ag. 095-3 c/c 613906-2 do período de março/2018 a julho/2021, processos de pagamentos analisados in loco - Empenhos nºs: 708/2018, 710/2018, 930/2018, 1136/2018, 1138/2018, 1226/2018, 1265/2018, 1416/2018, 1417/2018, 1418/2018, 1619/2018, 1660/2018, 1835/2018, 1840/2018, 2025/2018, 2026/2018, 2322/2018, 2323/2018, 175/2019, 176/2019, 177/2019, 290/2019, 291/2019, 292/2019, 592/2019, 593/2019, 594/2019, 757/2019, 765/2019, 971/2019, 972/2019, 973/2019, 1182/2019, 1183/2019, 1184/2019, 1288/2019, 1289/2019, 1290/2019, 1579/2019, 1580/2019, 1786/2019, 1787/2019, 1788/2019, 1852/2019, 1853/2019, 1855/2019, 2013/2019, 2155/2019, 2157/2019, 2158/2019, 2243/2019, 53/2020, 54/2020, 352/2020, 353/2020, 603/2020, 604/2020, 789/2020, 790/2020, 1013/2020, 1250/2020, 1251/2020, 1270/2020, 1271/2020, 1581/2020, 1582/2020, 1837/2020, 2592/2020, 54/2021, 55/2021, 632/2021, 819/2021, 1077/2021, 1229/2021, 1503/2021, 1748/2021, 1980/2021, Relatório analítico por credor: IMED do período de 2018 a 2021, Relatórios Técnicos de Prestação de Contas de março, abril e maio/2018; junho, julho e agosto/2018; setembro, outubro, novembro e dezembro/2018, Relatórios Técnico de Prestação de Contas do 1º, 2º, 3º e 4º trimestre dos anos de 2019 e 2020, Relatórios Técnico de Prestação de Contas do 1º e 2º trimestre de 2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio do OFÍCIO Nº 199/2022 - Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A enviou a seguinte manifestação: No que tange a diminuição dos repasses realizados à OS houve



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



uma repactuação na prestação de serviços inicialmente contratada com o recorte de fornecimento de medicamentos, material médico hospitalar, materiais de consumo em geral e materiais permanentes.

Ocorreu também, a manutenção também das Unidades Básicas de Saúde de atendimento, quais sejam: Vila Betânia, Pinheirinho, Recreio Vale do Sol, Primavera, Alvorada e Jardim Eunice, sem novas expansões de atendimento conforme previa o contrato.

2. Por meio dos Ofícios SES/AUDSUS nº 366/2022, nº 367/2022, nº 368/2022, 369/2022 e 370/2022 os agentes responsabilizáveis (pessoa física) Sr. T.L.S., Sr L.R.S., Sra K.V.S., Sra D.C.A. e Sra A.S. foram notificados respectivamente e não apresentaram manifestação.

Análise da Justificativa: 1. A manifestação enviada pelo auditado não explicitou a motivação para não atendimento dos parâmetros de repasse estabelecidos no Contrato de Gestão nº001/2018 (alterado para nº 058/2018). Os termos aditivos ao contrato analisados na fase operativa desta auditoria demonstraram a existência de repactuações com novos cronogramas de desembolsos, mas o fato em questão é que não foram apresentados registros para redução do repasse com os fundamentos das condições determinantes de pagamento proporcional (subitem 7.3.1 do Contrato de Gestão) ou desconto (subitens 10.1.1, 10.2.2, 10.2.4, 10.3.3 e 10.3.4), uma vez que a Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão não exerceu plenamente suas competências.

2. Não houve manifestação.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11.436.319/0001-80

Recomendação: Considerar os parâmetros estabelecidos o repasse de valores à OS conforme preconizado pela Contrato de Gestão nº 001/2018, item 7 - Do Financiamento do Contrato de Gestão, subitens 7.3.1, 7.3.2, 7.3.3., subitens 10.1.1, 10.2.2, 10.2.4, 10.3.3 e 10.3.4.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11.436.319/0001-80

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 636428

Subgrupo: Contrato

Item: Pagamento

Constatação: Os repasses realizados a OS IMED não estão em conformidade com a avaliação dos parâmetros para transferência de recursos em função da avaliação do desempenho.

Evidência: Constatou-se que a Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização, formada pelas Sras. A.S e K.V.L. e pelos Srs. L.R.S. e T.L.S., em seus pareceres, não se manifestou acerca do desempenho apresentado pela OS IMED relativo às metas quali-quantitativas. Dessa forma, não houve registro de avaliação dos parâmetros para transferência de recursos em função da avaliação do desempenho. Os repasses realizados a OS foram inferiores ao previsto no Plano Orçamentário de Custeio e o Cronograma de Desembolso, sem haver relação com possíveis descontos pelo não cumprimento das metas de manutenção de equipe mínima, de produção assistencial ou de qualidade. Tal fato está em desacordo com



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Contrato de Gestão nº 001/2018, item 10- Parâmetros para Transferência de Recursos em Função da Avaliação do Desempenho subitens 10.1.1, 10.1.2, 10.2.1, 10.2.2, 10.2.3, 10.2.4, 10.2.5, 10.2.6, 10.3.1, 10.3.2, 10.3.3, 10.3.4.

Fonte da Evidência: Extratos Bancários - CEF Ag. 095-3 c/c 613906-2 do período de março/2018 a julho/2021, processos de pagamentos analisados in loco - Empenhos nºs: 708/2018, 710/2018, 930/2018, 1136/2018, 1138/2018, 1226/2018, 1265/2018, 1416/2018, 1417/2018, 1418/2018, 1619/2018, 1660/2018, 1835/2018, 1840/2018, 2025/2018, 2026/2018, 2322/2018, 2323/2018, 175/2019, 176/2019, 177/2019, 290/2019, 291/2019, 292/2019, 592/2019, 593/2019, 594/2019, 757/2019, 765/2019, 971/2019, 972/2019, 973/2019, 1182/2019, 1183/2019, 1184/2019, 1288/2019, 1289/2019, 1290/2019, 1579/2019, 1580/2019, 1786/2019, 1787/2019, 1788/2019, 1852/2019, 1853/2019, 1855/2019, 2013/2019, 2155/2019, 2157/2019, 2158/2019, 2243/2019, 53/2020, 54/2020, 352/2020, 353/2020, 603/2020, 604/2020, 789/2020, 790/2020, 1013/2020, 1250/2020, 1251/2020, 1270/2020, 1271/2020, 1581/2020, 1582/2020, 1837/2020, 2592/2020, 54/2021, 55/2021, 632/2021, 819/2021, 1077/2021, 1229/2021, 1503/2021, 1748/2021, 1980/2021, Relatório analítico por credor: IMED do período de 2018 a 2021, Atas das reuniões e pareceres emitidos pela Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do período de março/2018 a setembro/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio do OFÍCIO Nº 199/2022 - Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A enviou a seguinte manifestação: A justificativa da não conformidade em questão refere-se ao já exposto na resposta referente ao Número do Apontamento 636416, cujas informações complementares serão encaminhadas em momento oportuno.

2. Por meio dos Ofícios SES/AUDSUS nº 366/2022, nº 367/2022, nº 368/2022, 369/2022 e 370/2022 os agentes responsabilizáveis (pessoa física) Sr. T.L.S., Sr L.R.S., Sra K.V.S., Sra D.C.A. e Sra A.S. foram notificados respectivamente e não apresentaram manifestação.

Análise da Justificativa: 1. Na manifestação enviada sobre o conteúdo desta constatação, o auditado refere-se ao que já foi exposto como justificativa na constatação nº 636416 deste relatório, em que envia cópia das atas das reuniões da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão que já foram objeto de avaliação desta auditoria, bem como relata a situação atípica do período de pandemia COVID-19 e envia documento em que solicita à Secretaria Municipal de Suprimentos e Contratos nova composição da comissão. O auditado relata que será enviada documentação relacionada a este assunto, posteriormente. Entretanto, a manifestação apresentada não apresenta elementos novos acerca da não conformidade apontada, ou seja, permanece a ausência de avaliação dos parâmetros para fundamentar os repasses realizados a OS IMED.

2. Não houve manifestação.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11.436.319/0001-80

Recomendação: Realizar repasses a OS IMED em conformidade com a avaliação dos parâmetros para transferência de recursos em função da avaliação do desempenho conforme preconiza o Contrato de Gestão nº 001/2018, item 10- Parâmetros para Transferência de Recursos em Função da Avaliação do Desempenho subitens 10.1.1, 10.1.2, 10.2.1, 10.2.2, 10.2.3, 10.2.4, 10.2.5, 10.2.6, 10.3.1, 10.3.2, 10.3.3, 10.3.4.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
------	----------



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS

11.436.319/0001-80

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 636429

Subgrupo: Contrato

Item: Prestação de Contas

Constatação: Os relatórios trimestrais de Prestação de Contas apresentados pelo IMED relativos ao Contrato de Gestão nº001/2018 (alterado para nº 058/2018) não são acompanhados, controlados e avaliados pela SMS de Alfenas conforme exigido pela legislação vigente.

Evidência: Os relatórios de Prestação de Contas trimestrais são elaborados pelo IMED contendo documentos fiscais, contábeis e comprovantes de despesas em ordem referente à execução. Dentre os 10 trimestres do período de execução do Contrato de Gestão nº 001/2018 (alterado para nº 58/2018), 05 foram disponibilizados pelo IMED à SMS de Alfenas após prazo estipulado em contrato (até o dia 15 do mês subsequente ao trimestre de referência). Apesar de haver registro das reuniões da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização com Pareceres aprovando as prestações de contas apresentadas pelo IMED, foi verificado que a SMS não acompanha, controla e avalia os relatórios de forma adequada. Os relatórios técnicos apresentados pelo IMED demonstram claramente as metas que não foram alcançadas seguidas de justificativas. Não há nenhuma análise por parte da comissão no sentido de acatar ou refutar tais justificativas. Em relação aos relatórios financeiros que demonstram o uso do recurso financeiro, com comprovação das despesas, somente o registro da primeira reunião da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização demonstrou detalhamento da análise, com questionamentos e solicitação de esclarecimentos. Em análise das prestações de contas, verificou-se contratação por parte do IMED de 03 empresas de consultoria e assessoria, sendo: 1 - Ede e Associados Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços contínuos em caráter não autônomo e não exclusivo de assessoria e qualidade assistencial para as atividades de gestão desenvolvidas pelo contratante junto à rede de atenção de saúde básica do município de Alfenas - MG (...); 2- Talita Natacha Araújo - ME, cujo objeto é a prestação de serviços contínuos em caráter autônomo e exclusivo, de assessoria financeira e administrativa para as atividades de gestão desenvolvidas pelo contratante junto à rede de atenção básica do município de Alfenas - MG e 3 - Courart Informática Ltda., cujo objeto é prestação de serviços em caráter autônomo e exclusivo de assessoria na gestão de informações gerenciais de atenção básica e saúde mental do município de Alfenas (...). Os relatórios mensais de atividades apresentados por estas empresas não comprovam as ações realizadas pelas mesmas de forma objetiva e não provando a contribuição das empresas para melhoria de qualidade dos serviços prestados pelo IMED na execução do Contrato de Gestão nº001/2018. No relatório mensal referente ao período de jan/2019 apresentado pela empresa Ede e Associados Ltda. há relato de implantação de Procedimentos Operacionais Padrão (POP) nas unidades PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Primavera I, PSF Primavera II, PSF Recreio, sendo que em visita ao PSF Santa Clara Pinheirinho foi constatado que os POPs existentes datam do ano de 2013, sem atualização posterior e em visita ao PSF Jardim Alvorada, os POPs existentes são do ano de 2013, com última atualização em 10/09/2018, realizada pela A.P.L.D. gerente de enfermagem. Ressalta-se ainda que nas entrevistas realizadas com agentes das unidades de saúde, ficou demonstrado que esses profissionais desconhecem a atuação da empresa Ede e Associados Ltda nas unidades. Tal fato está em desacordo Lei Municipal nº 4.732/2017 artigo 9º, Contrato de Gestão nº 001/2018, item 6 - Do acompanhamento, avaliação e fiscalização, subitens 6.1, 6.2 e 6.3 e 6.4 e item 8 - Da Prestação de Contas e do Acompanhamento da Execução Financeira subitens 8.1 e 8.2.

Fonte da Evidência: Prestação de Contas trimestrais do IMED do período de março/2018 a setembro/2021 analisadas in loco, Atas das reuniões e pareceres emitidos pela Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do período de março/2018 a setembro/2021, visita in loco nas unidades PSF Santa Clara Pinheirinho e PSF Recreio realizadas dia 16/09/2021, POPs, Termo de Entrevistas com A.F.L. enfermeira do PSF Santa Clara Pinheirinho colhido em 16/09/2021, Termo de Entrevistas com A.M.G., enfermeira do PSF Recreio/Jardim Alvorada colhido em 16/09/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1.Por meio do OFÍCIO Nº 199/2022 - Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A enviou a seguinte manifestação: A justificativa da não conformidade em questão refere-se ao já exposto na resposta referente ao Número do Apontamento 636416, cujas informações complementares serão



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



encaminhadas em momento oportuno.

2. Por meio do Ofícios SES/AUDSUS nº 369/2022 a pessoa física Sra. D.C.A. foi notificada e não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: 1. Na manifestação enviada sobre o conteúdo desta constatação, o auditado refere-se ao que já foi exposto como justificativa na constatação nº 636416 deste relatório, em que envia cópia das atas das reuniões da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão que já foram objeto de avaliação desta auditoria, bem como relata a situação atípica do período de pandemia COVID-19 e envia documento em que solicita à Secretaria Municipal de Suprimentos e Contratos nova composição da comissão. O auditado relata que será enviada documentação relacionada a este assunto, posteriormente. Entretanto, a manifestação apresentada não apresenta elementos novos acerca da não conformidade apontada, ou seja, permanecendo situação de ausência de acompanhamento, controle e avaliação dos relatórios trimestrais de Prestação de Contas apresentados pelo IMED relativos ao Contrato de Gestão nº001/2018 (alterado para nº 058/2018) pela SMS de Alfenas.

2. Não houve manifestação.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11 436.319/0001-80

Recomendação: Acompanhar, controlar e avaliar os relatórios trimestrais de Prestação de Contas apresentados pelo IMED relativos ao Contrato de Gestão nº001/2018 (alterado para nº 058/2018) conforme preconiza a Lei Municipal nº 4.732/2017 artigo 9º, Contrato de Gestão nº 001/2018, item 6 - Do acompanhamento, avaliação e fiscalização, subitens 6.1, 6.2 e 6.3 e 6.4 e item 8 - Da Prestação de Contas e do Acompanhamento da Execução Financeira subitens 8.1 e 8.2.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11 436.319/0001-80

VI - RESULTADO DA DENÚNCIA

Fato: O último relatório técnico de prestação de contas da IMED é referente aos meses janeiro, fevereiro e março de 2019.

Tipo: Recursos Financeiros - Prestação de Contas ao CMS Demanda Nº: 111938

Fato: Possíveis ilícitos praticados no exercício da atividade desenvolvida pelo Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento/IMED, pessoa jurídica de direito privado, qualificada como Organização Social, no âmbito do município de Alfenas, na qualidade de prestadora de serviços públicos descentralizados

Tipo: Gestão - Assistência Demanda Nº: 111938

Fato: Inexperiência e desqualificação técnica da IMED e dos Gestores designados pela Prefeitura para os cargos de coordenação e gerência assistencial. A empresa não tem experiência com atenção psicossocial em nenhum lugar, apenas no estado de São Paulo, mas com gerenciamento de Hospital, sendo Alfenas o único lugar em que eles assumiram atenção básica e saúde mental.

Tipo: Gestão - Assistência Demanda Nº: 111938

Fato: Atraso no repasse de verbas à IMED e por consequência a empresa suspende seus serviços como forma de pressionar e garantir os repasses.

Tipo: Recursos Financeiros - Pagamento a prestadores do Serviço de Demanda Nº: 111938



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Saúde

VII - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 05/09/2022

Ofício Nº: 3652022

Data: 05/09/2022

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Jurídica - Deyv Cabral de Assis - Secretária Municipal de Saúde

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 05/09/2022

Ofício Nº: 3662022

Data: 05/09/2022

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:
------	-------	--------	---------	----------

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa física

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 05/09/2022

Ofício Nº: 3672022

Data: 05/09/2022

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:
------	-------	--------	---------	----------

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa física

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 05/09/2022

Ofício Nº: 3682022

Data: 05/09/2022

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:
------	-------	--------	---------	----------

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa física

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 05/09/2022

Ofício Nº: 3692022

Data: 05/09/2022

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:
------	-------	--------	---------	----------

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Física

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 05/09/2022

Ofício Nº: 3702022

Data: 05/09/2022



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Física

VIII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Notificação de Relatório Preliminar encaminhado por meio de Ofícios: Ofício SES/AUDSUS nº 365/2022 de 02/09/2022 ao Sra. D.C.A. (representante legal da pessoa jurídica da SMS de Alfenas), recebido em 12/09/2022, conforme AR nº JU 75038647 5 BR; Ofício SES/AUDSUS nº 366/2022, de 02/09/2022, ao Sr. T.L.S., recebido em 21/09/2022, conforme AR nº JU 75038643 6 BR; Ofício SES/AUDSUS nº 367/2022, de 02/09/2022, ao Sr. L.R.S. recebido em 12/09/2022, conforme AR nº JU 75038645 3 BR; Ofício SES/AUDSUS nº 368/2022, de 02/09/2022, à Sra. K.V.S. recebido em 12/09/2022, conforme AR nº JU 75038644 0 BR; Ofício SES/AUDSUS nº 369/2022, de 02/09/2022, à Sra. D.C.A. recebido em 12/09/2022, conforme AR nº JU 75038646 7 BR e Ofício SES/AUDSUS nº 370/2022, de 02/09/2022, à Sra. A.S. Não há registro de recebimento por AR do último ofício relacionado, contudo a agente responsabilizável foi notificada e enviou solicitação de prorrogação de prazo para envio de manifestação, conforme relatado a seguir. Houve solicitação de prorrogação de prazo feita SMA de Alfenas por meio de Ofício 147/2022 - SMS de 21/09/2022 e pelos agentes responsabilizáveis T.L.S., L.R.S., K.V.S., D.C.A., A.S por meio dos Ofícios nº 148/2022 - SMS/T.L.S., nº 149/2022 - SMS/L.R.S., nº 150/2022 - SMS/A.S., nº 151/2022 - SMS/K.V.S. de 21/09/2022, recebido em 06/10/2022, com concessão do prazo pelo AUDSUS por meio de Ofício SES/URSDIV-ARAS-SUS/MG nº 5/2022 datado de 27/09/2022, recebido em 06/10/2022 conforme AR nº JU 75038662 6 BR. Também houve solicitação de prorrogação de prazo feita pelo agente responsabilizável L.A.S. através do OFÍCIO Nº 001/2022 de 03/11/2022 com concessão do prazo pelo AUDSUS por meio de Ofício SES/URSDIV-ARAS-SUS/MG nº 6/2022 datado de 08/10/2022, recebido em 21/11/2022 conforme AR JU 75038690 4 BR. Por meio de Ofício nº 199/2022 - Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, datado 27/11/2022, a representante legal da pessoa jurídica da SMS de Alfenas apresentou manifestação. Por meio do OFÍCIO Nº 001/2022, datado de 28/11/2022, o agente responsabilizável L.A.S. apresentou manifestação. Transcorrido o período regulamentar, os agentes responsabilizáveis T.L.S., L.R.S., K.V.S., D.C.A., A.S que foram notificados não se manifestaram frente as não conformidades presentes no Relatório Preliminar de Auditoria nº 674. As manifestações apresentadas foram avaliadas pela equipe de auditoria.

IX - CONCLUSÃO

RESULTADO DA DENÚNCIA

1 - Fato: O último relatório técnico de prestação de contas da IMED é referente aos meses janeiro, fevereiro e março de 2019.

Tipo: Recursos Financeiros - Prestação de Contas ao CMS

Demanda Nº: 111938

Resultado da Denúncia: A constatação nº636429 demonstra a existência de Prestação de Contas trimestrais do IMED do período de março/2018 a setembro/2021.

Apuração: 16/09/2021

Procede: não.

2 - Fato: Possíveis ilícitos praticados no exercício da atividade desenvolvida pelo Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento/IMED, pessoa jurídica de direito privado, qualificada como Organização Social, no âmbito do município de Alfenas, na qualidade de prestadora de serviços públicos descentralizados.

Tipo: Gestão - Assistência

Demanda Nº: 111938



Resultado da Denúncia: As constatações nº 636284, 636288 e 636428 demonstram conformidade nas atividades desenvolvidas pela OS IMED por meio da execução dos Planos de Trabalho apresentados no Anexo I do Contrato de Gestão nº001/2018 e nos Termos Aditivos, controle da contratação e gestão de recursos humanos bem como realizou a aplicação integral dos repasses realizados pela SMS na execução do objeto pactuado no período auditado. Contudo, as constatações nº 626286 e 636429 demonstram não conformidades na manutenção do número mínimo de profissionais estabelecidos nos Anexos I e V do Contrato de Gestão nº 001/2018 e nos relatórios mensais de atividades apresentados pela IMED, não há comprovação das ações executadas por empresas contratadas pela OS.

Apuração: 16/09/2021

Procede: sim.

3 - Fato: Inexperiência e desqualificação técnica da IMED e dos Gestores designados pela Prefeitura para os cargos de coordenação e gerência assistencial. A empresa não tem experiência com atenção psicossocial em nenhum lugar, apenas no estado de São Paulo, mas com gerenciamento de Hospital, sendo Alfenas o único lugar em que eles assumiram atenção básica e saúde mental.

Tipo: Gestão - Assistência

Demanda Nº: 111938

Resultado da Denúncia: Este fato foi contemplado no processo administrativo referente ao Relatório de Auditoria nº. 675 (SMS – Saúde Mental).

Apuração: 19/10/2021.

4 - Fato: Atraso no repasse de verbas à IMED e por consequência a empresa suspende seus serviços como forma de pressionar e garantir os repasses.

Tipo: Recursos Financeiros - Pagamento a prestadores do Serviço de Saúde

Demanda Nº: 111938

Resultado da Denúncia: A constatação nº 636421 demonstra o atraso no repasse de verbas à IMED, porém os relatórios trimestrais de prestação de contas apresentados no período auditado bem como a visita às unidades de saúde demonstraram continuidade do serviço prestado pela OS IMED.

Apuração: 16/09/2021.

Procede: Sim para o atraso no repasse, não procede para a suspensão de serviços prestados.

CONCLUSÃO

A SMS de Alfenas atuou conforme a legislação vigente na formalização do Contrato de Gestão nº01/2018 (alterado para nº 58/2018) e termos aditivos celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alfenas e o IMED, com execução dos Planos de Trabalhos apresentados no Anexo I do Contrato de Gestão nº001/2018 e nos Termos Aditivos conforme previsto em relação à assunção das unidades de saúde pelo IMED das unidades de saúde de Alfenas.

Constatou-se conformidade no processo de contratação e gestão de recursos humanos e na aplicação integral, pela IMED, dos repasses realizados pela SMS na execução do objeto pactuado no referido contrato, em conta bancária exclusiva.

O Poder Executivo municipal regulamentou a instalação e o funcionamento da Comissão de Avaliação responsável pela análise do contrato. Todavia, o município de Alfenas não apresentou processo administrativo que comprovasse o cumprimento integral dos requisitos legais para outorga da qualificação do IMED como Organização Social e não realizou processo de licitação na modalidade de dispensa para celebração do Contrato de Gestão com a Organização Social IMED.

O processo administrativo nº 32205/2017 (alterado para nº526/2017) que viabilizou a formalização de Contrato de Gestão pela Prefeitura Municipal de Alfenas não ocorreu em conformidade com a legislação vigente, pois não apresentou justificativas para dispensa de licitação e o processo foi homologado pelo Prefeito Municipal, contradizendo o edital. No período auditado, a manutenção do número mínimo de profissionais estabelecidos nos Anexos I e V do Contrato de Gestão nº 001/2018 não foi garantida conforme previsto. Constatou-se, ainda, que o Serviço de Atenção ao Usuário (SAU) nas unidades sob a responsabilidade do IMED não está integrado ao Sistema de Ouvidoria da SMS de Alfenas. Não houve indicação pela SMS de Alfenas de gestor público para o desenvolvimento de ações de fiscalização da execução do objeto do Contrato de Gestão nº 01/2018 e a Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização não atuou de acordo com as competências previstas no Contrato de Gestão nº001/2018 e legislação vigente. A SMS não realizou os repasses de custeio das parcelas mensais até o 5º dia útil de cada mês subsequente conforme contrato e não considerou os parâmetros estabelecidos no mesmo.



Com isso, conclui-se que a SMS de Alfenas deve aprimorar o processo de acompanhamento, controle e avaliação do Contrato de Gestão nº001/2018 para garantia da apuração dos resultados assistenciais, visando a eficiência do contrato e efetividade dos gastos públicos.

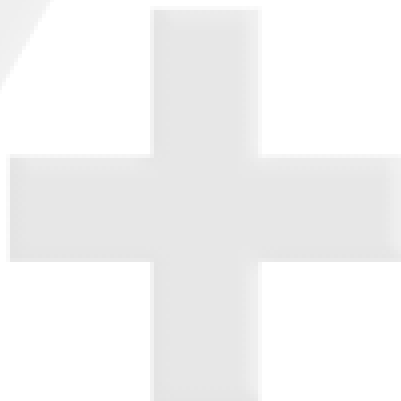
ENCAMINHAMENTOS

Encaminhamento de Relatório Final de Auditoria nº. 674 para conhecimento e interposição de recurso em 2ª Instância:

1. Ofício de Aplicação de Penalidade de Relatório Final de Auditoria à Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas;
2. Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria ao Sr. L.A.S.;
3. Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria ao Sr. T.L.S.;
4. Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria ao Sr. L.R.S.;
5. Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria à Sra. K.V.S.;
6. Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria à Sra. A.S.;
7. Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria à Sra. D.C.A.

Transcorridas todas as fases e comunicados os resultados finais do processo administrativos, será dada ciência:

1. Ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;
2. Ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais;
2. À Câmara de Municipal de Alfenas;
3. Ao Conselho Municipal de Saúde de Alfenas;
4. À Superintendência Regional de Saúde de Alfenas.



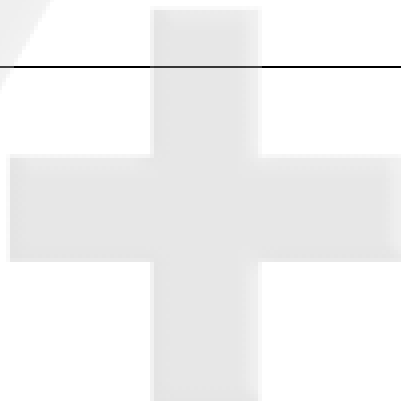


X - FOLHA DE ASSINATURA

Equipe:

Nome

CPF





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



XI - ANEXOS

ANEXO 01 - EXECUÇÃO ANO 2018

ANEXO I - EXECUÇÃO ANO 2018										
Mês	Contrato / Termo Aditivo	Valor Global	Valor Cronograma Desembolso Mensal	Unidades de Saúde Assumidas	Data do Empenho	Valor do Empenho	Nº do Empenho	Data da Transferência Bancária	Valor da Transferência Bancária	Diferença (Valor Cronograma Desembolso Mensal X Valor Transferência Bancária)
Março (mês 1)	01/2018	45.255.190,78 (24 meses iniciais)	R\$ 529.361,36	CAPS I, 06 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura e PSF Santa Clara Pinheirinho	12/03/2018	R\$ 263.284,61	708	05/04/2018	R\$ 263.284,61	R\$ 20.682,45
					12/03/2018	R\$ 244.814,30	710	05/04/2018	R\$ 122.407,15	
								09/05/2018	R\$ 122.407,15	
Abril (mês 2)	1º Termo aditivo	38.882.967,97 (24 meses iniciais)	R\$ 818.867,01	CAPS I, 06 unidades de Residência Terapêutica e Centro de Convivência e Cultura e PSF Santa Clara Pinheirinho	27/04/2018	R\$ 394.645,18	930	09/05/2018	R\$ 394.645,18	R\$ 424.221,83
Maio (mês 3)	1º Termo aditivo	38.882.967,97 (24 meses iniciais)	R\$ 903.299,07	CAPS I, 06 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II	30/05/2018	R\$ 249.237,88	1136	14/06/2018	R\$ 124.237,88	R\$ 451.357,26
								10/07/2018	R\$ 125.000,00	
						R\$ 202.703,93	1138	14/06/2018	R\$ 202.703,93	
Junho (mês 4)	1º Termo aditivo	38.882.967,97 (24 meses iniciais)	R\$ 903.299,07	CAPS I, 06 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II	27/06/2018	R\$ 74.624,52	1226	12/07/2018	R\$ 74.624,52	R\$ 553.674,55
					18/06/2018	R\$ 275.000,00	1265	10/07/2018	R\$ 275.000,00	
Julho (mês 5)	1º Termo aditivo	38.882.967,97 (24 meses iniciais)	R\$ 714.477,16	CAPS I, 06 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II	19/07/2018	R\$ 250.000,00	1416	13/08/2018	R\$ 160.000,00	R\$ 168.915,81
								19/09/2018	R\$ 90.000,00	
					19/07/2018	R\$ 295.561,35	1418	13/08/2018	R\$ 295.561,35	
Agosto (mês 6)	1º Termo aditivo	38.882.967,97 (24 meses iniciais)	R\$ 714.477,16	CAPS I, 06 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II	01/08/2018	R\$ 24.438,65	1417	05/06/2020	R\$ 24.438,65	R\$ 580.038,51
					30/08/2018	R\$ 110.000,00	1619	19/09/2018	R\$ 110.000,00	
Setembro (mês 7)	1º Termo aditivo	38.882.967,97 (24 meses iniciais)	R\$ 714.477,16	CAPS I, 06 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II	03/09/2018	R\$ 360.000,00	1660	14/12/2018	R\$ 110.000,00	-R\$ 95.522,84
					28/09/2018	R\$ 200.000,00	1835	19/09/2018	R\$ 250.000,00	
					28/09/2018	R\$ 250.000,00	1840	19/10/2018	R\$ 200.000,00	
Outubro (mês 8)	1º Termo aditivo		R\$ 714.477,16	CAPS I, 06 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II	26/10/2018	R\$ 200.000,00	2025	14/11/2018	R\$ 450.000,00	R\$ 264.477,16
					26/10/2018	R\$ 250.000,00	2026			
Novembro (mês 9)	3º Termo aditivo	16.297.333,46 (24 meses iniciais)	R\$ 692.528,83	CAPS I, 05* unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II	sem empenho	sem empenho	sem empenho	sem empenho	sem empenho	R\$ 692.528,83
Dezembro (mês 10)	3º Termo aditivo	16.297.333,46 (24 meses iniciais)	R\$ 670.580,50	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II	04/12/2018	R\$ 200.000,00	2322	14/12/2018	R\$ 200.000,00	R\$ 330.580,50
					04/12/2018	R\$ 140.000,00	2323	14/12/2018	R\$ 140.000,00	
Total			R\$ 7.375.844,48			3.984.910,42			R\$ 3.984.310,42	R\$ 3.391.534,06

FONTE: Contrato de Gestão nº 001/2018, 1º, 2º e 3º Termos Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2018, Processos de Pagamento nº 108/2018, 710/2018, 930/2018, 1136/2018, 1138/2018, 1226/2018, 1265/2018, 1416/2018, 1417/2018, 1418/2018, 1619/2018, 1660/2018, 1835/2018, 1840/2018, 2025/2018, 2026/2018, 2322/2018, 2323/2018.

* Junção de duas Unidades de Residência Terapêutica ocorreu em 16/11/2018.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ANEXO 02 - EXECUÇÃO ANO 2019

ANEXO II - EXECUÇÃO ANO 2019										
Mês	Contrato / Termo Aditivo	Valor Global	Valor Cronograma Desembolso Mensal	Unidades de Saúde Assumidas	Data do Empenho	Valor do Empenho	Nº do Empenho	Data da Transferência Bancária	Valor da Transferência Bancária	Diferença (Valor Cronograma Desembolso Mensal X Valor Transferência Bancária)
Janeiro (mês 11)	3º Termo Aditivo	16.297.333,46 (24 meses iniciais)	R\$ 670.580,50	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II	02/01/2019	R\$ 200.000,00	175	08/02/2019	R\$ 175.000,00	-R\$ 344.419,50
					02/01/2019	R\$ 150.000,00	176	22/02/2019	R\$ 150.000,00	
					02/01/2019	R\$ 150.000,00	177	05/03/2019	R\$ 150.000,00	
					23/01/2019	R\$ 172.000,00	290	21/01/2019	R\$ 150.000,00	
					23/01/2019	R\$ 171.500,00	291	26/02/2019	R\$ 50.000,00	
Fevereiro (mês 12)	3º Termo Aditivo	16.297.333,46 (24 meses iniciais)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	23/01/2019	R\$ 171.500,00	292	12/03/2019	R\$ 122.000,00	R\$ 44.447,85
					28/02/2019	R\$ 180.000,00	592	27/03/2019	R\$ 180.000,00	
					28/02/2019	R\$ 287.200,00	593	11/04/2019	R\$ 150.000,00	
					28/02/2019	R\$ 47.800,00	594	09/05/2019	R\$ 137.200,00	
					28/02/2019	R\$ 47.800,00	594	09/05/2019	R\$ 47.800,00	
Março (mês 13)	3º Termo Aditivo	16.297.333,46 (24 meses iniciais)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	29/03/2019	R\$ 350.000,00	757	12/04/2019	R\$ 350.000,00	R\$ 44.447,85
					29/03/2019	R\$ 165.000,00	765	07/06/2019	R\$ 165.000,00	
					29/03/2019					
Abril (mês 14)	3º Termo Aditivo	16.297.333,46 (24 meses iniciais)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	sem empenho	sem empenho	sem empenho	sem empenho	sem empenho	R\$ 559.447,85
Maio (mês 15)	3º Termo Aditivo	16.297.333,46 (24 meses iniciais)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	03/05/2019	R\$ 300.000,00	971	04/06/2019	R\$ 200.000,00	R\$ 44.447,85
					03/05/2019	R\$ 115.000,00	972	05/06/2019	R\$ 100.000,00	
					03/05/2019	R\$ 100.000,00	973	09/07/2019	R\$ 115.000,00	
Junho (mês 16)	4º Termo Aditivo	15.885.507,58 (24 meses iniciais)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	03/06/2019	R\$ 250.000,00	1182	17/07/2019	R\$ 100.000,00	R\$ 44.447,85
					03/06/2019	R\$ 80.000,00	1183	23/07/2019	R\$ 80.000,00	
					03/06/2019	R\$ 80.000,00	1183	23/07/2019	R\$ 40.000,00	
					06/06/2019	R\$ 185.000,00	1184	26/09/2019	R\$ 30.000,00	
					06/06/2019	R\$ 185.000,00	1184	14/08/2019	R\$ 80.000,00	
Julho (mês 17)	4º Termo Aditivo	15.885.507,58 (24 meses iniciais)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	01/07/2019	R\$ 250.000,00	1288	05/08/2019	R\$ 140.000,00	-R\$ 49.552,15
					01/07/2019	R\$ 150.000,00	1289	20/08/2019	R\$ 45.000,00	
					01/07/2019	R\$ 115.000,00	1290	26/09/2019	R\$ 85.000,00	
					30/08/2019	R\$ 360.500,00	1579	01/11/2019	R\$ 100.000,00	
					30/08/2019	R\$ 154.500,00	1580	01/11/2019	R\$ 100.000,00	
Agosto (mês 18)	4º Termo Aditivo	15.885.507,58 (24 meses iniciais)	R\$ 559.447,85	PSF Santa Clara Pinheirinho, CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II, PSF Betânia	30/08/2019			06/09/2019	R\$ 85.000,00	R\$ 404.947,85
								30/09/2019	R\$ 69.500,00	
Setembro (mês 19)	4º Termo Aditivo	15.885.507,58 (24 meses iniciais)	R\$ 559.447,85	PSF Santa Clara Pinheirinho, CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II, PSF Betânia	sem empenho	sem empenho	sem empenho	sem empenho	sem empenho	R\$ 559.447,85
Outubro (mês 20)	4º Termo Aditivo	15.885.507,58 (24 meses iniciais)	R\$ 559.447,85	PSF Santa Clara Pinheirinho, CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II, PSF Betânia	01/10/2019	R\$ 40.000,00	1786	10/10/2019	R\$ 40.000,00	-R\$ 348.552,15
					01/10/2019	R\$ 120.000,00	1787	10/10/2019	R\$ 120.000,00	
					01/10/2019	R\$ 355.000,00	1788	30/12/2019	R\$ 253.000,00	
					25/10/2019	R\$ 25.000,00	1852	19/11/2019	R\$ 25.000,00	
					25/10/2019	R\$ 290.000,00	1853	09/03/2020	R\$ 100.000,00	
Novembro (mês 21)	4º Termo Aditivo	15.885.507,58 (24 meses iniciais)	R\$ 559.447,85	PSF Santa Clara Pinheirinho, CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II, PSF Betânia	25/10/2019	R\$ 180.000,00	1855	08/05/2020	R\$ 120.000,00	-R\$ 94.552,15
					25/10/2019	R\$ 180.000,00	1855	06/05/2020	R\$ 70.000,00	
					05/11/2019	R\$ 150.000,00	2013	04/11/2019	R\$ 180.000,00	
					05/11/2019	R\$ 265.000,00	2155	29/11/2019	R\$ 80.000,00	
					20/11/2019	R\$ 100.000,00	2157	05/12/2019	R\$ 70.000,00	
Dezembro (mês 22)	4º Termo Aditivo	15.885.507,58 (24 meses iniciais)	R\$ 559.447,85	PSF Santa Clara Pinheirinho, CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II, PSF Betânia	20/11/2019	R\$ 139.000,00	2158	16/12/2019	R\$ 100.000,00	R\$ 559.447,85
					20/11/2019	R\$ 25.000,00	2243	16/12/2019	R\$ 139.000,00	
					29/11/2019			29/11/2019	R\$ 25.000,00	
Total			R\$ 6.824.506,85			R\$ 5.794.000,00			R\$ 5.425.500,00	R\$ 1.399.006,85

FONTE: 3º e 4º Termos Aditivos ao Contrato 058/2018, Processos de Pagamentos nº 175/2019, 176/2019, 177/2019, 290/2019, 291/2019, 292/2019, 592/2019, 593/2019, 594/2019, 757/2019, 765/2019, 971/2019, 972/2019, 973/2019, 1182/2019, 1183/2019, 1184/2019, 1288/2019, 1289/2019, 1290/2019, 1579/2019, 2158/2019, 2243/2019.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ANEXO 03 - EXECUÇÃO ANO 2020

ANEXO III - EXECUÇÃO ANO 2020

Mês	Contrato / Termo Aditivo	Valor Global	Valor Cronograma Desembolso Mensal	Unidades de Saúde Assumidas	Data do Empenho	Valor do Empenho	Nº do Empenho	Data da Transferência Bancária	Valor da Transferência Bancária	Diferença (Valor Cronograma Desembolso Mensal X Valor Transferência Bancária)
Janeiro (mês 23)	4º Termo Aditivo	R\$ 15.885.507,58 (24 meses iniciais)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheiro, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	02/01/2020	R\$ 516.000,00	53	06/04/2020	R\$ 201.000,00	-R\$ 821.552,15
								23/06/2020	R\$ 55.000,00	
								10/07/2020	R\$ 260.000,00	
								30/01/2020	R\$ 200.000,00	
Fevereiro (mês 24)	5º Termo Aditivo	R\$ 15.319.246,98 (24 meses iniciais)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheiro, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	31/01/2020	R\$ 365.000,00	352	12/07/2020	R\$ 150.000,00	R\$ 559.447,85
								07/08/2020	R\$ 150.000,00	
								11/09/2020	R\$ 31.000,00	
								06/10/2020	R\$ 54.000,00	
Março (mês 25)	6º Termo Aditivo	R\$ 15.319.246,98 (23 meses)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheiro, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	02/03/2020	R\$ 280.000,00	603	06/04/2020	R\$ 280.000,00	-R\$ 470.552,15
					02/03/2020	R\$ 235.000,00	604	11/08/2020	R\$ 90.000,00	
					27/03/2020	R\$ 315.000,00	789	06/04/2020	R\$ 65.000,00	
					27/03/2020	R\$ 200.000,00	790	07/05/2020	R\$ 250.000,00	
Abril (mês 26)	6º Termo Aditivo	R\$ 15.319.246,98 (23 meses)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheiro, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	30/04/2020	R\$ 250.000,00	1013	21/09/2020	R\$ 114.525,59	R\$ 309.447,85
								31/12/2020	R\$ 85.474,41	
Maio (mês 27)	6º Termo Aditivo	R\$ 15.319.246,98 (23 meses)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheiro, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	29/05/2020	R\$ 565.578,45	1250	06/10/2020	R\$ 105.500,00	-R\$ 5.551,95
								08/10/2020	R\$ 130,00	
								27/10/2020	R\$ 61.244,26	
								09/11/2020	R\$ 8.750,00	
Junho (mês 28)	6º Termo Aditivo	R\$ 15.319.246,98 (23 meses)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheiro, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	01/06/2020	R\$ 147.000,00	1270	26/01/2021	R\$ 76.557,15	R\$ 359.447,85
					01/06/2020	R\$ 53.000,00	1271	26/01/2021	R\$ 153.442,85	
								05/03/2021	R\$ 18.000,00	
								11/03/2021	R\$ 7.000,00	
Julho (mês 29)	6º Termo Aditivo	R\$ 15.319.246,98 (23 meses)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheiro, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	13/07/2020	R\$ 150.000,00	1581	07/08/2020	R\$ 150.000,00	R\$ 327.447,85
					13/07/2020	R\$ 365.000,00	1582	30/12/2020	R\$ 82.000,00	
Agosto (mês 30)	7º Termo Aditivo	R\$ 7.279.634,77 (25ª a 36ª meses)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheiro, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	25/08/2020	R\$ 515.000,00	1837	26/01/2021	R\$ 153.442,85	R\$ 559.447,85
								05/03/2021	R\$ 18.000,00	
								11/03/2021	R\$ 7.000,00	
Setembro (mês 31)	7º Termo Aditivo	R\$ 7.279.634,77 (25ª a 36ª meses)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheiro, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	sem empenho					R\$ 559.447,85
Outubro (mês 32)	7º Termo Aditivo	R\$ 7.279.634,77 (25ª a 36ª meses)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheiro, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	sem empenho					R\$ 559.447,85
Novembro (mês 33)	7º Termo Aditivo	R\$ 7.279.634,77 (25ª a 36ª meses)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheiro, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	sem empenho					R\$ 559.447,85
Dezembro (mês 34)	7º Termo Aditivo	R\$ 7.279.634,77 (25ª a 36ª meses)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheiro, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	08/12/2020	R\$ 350.000,00	2592	10/12/2020	R\$ 350.000,00	R\$ 209.447,85
Total			R\$ 6.713.374,20			R\$ 4.820.999,80			R\$ 4.262.999,80	R\$ 2.450.374,40

* Período sem cobertura: 5º Termo Aditivo com valor global e cronograma de desembolso para os 24 meses iniciais (finalizado em fevereiro) e 6º Termo Aditivo mantendo os mesmos valores global e desembolso mensal para período de 23 meses foi assinado em 01/04/2020.

FONTE: 4º, 5º, 6º e 7º Termos Aditivos ao Contrato 058/2018, Processos de Pagamentos nº 53/2020, 54/2020, 352/2020, 353/2020, 603/2020, 604/2020, 789/2020, 790/2020, 1013/2020, 1250/2020, 1251/2020, 1270/2020, 1271/2020, 1581/2020, 1582/2020, 1837/2020, 2592/2020.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ANEXO 04 - EXECUÇÃO ANO 2021

ANEXO IV - EXECUÇÃO ANO 2021

Mês	Contrato / Termo Aditivo	Valor Global	Valor Cronograma Desembolso Mensal	Unidades de Saúde Assumidas	Data do Empenho	Valor do Empenho	Nº do Empenho	Data da Transferência Bancária	Valor da Transferência Bancária	Diferença (Valor Cronograma Desembolso Mensal X Valor Transferência Bancária)
Janeiro (mês 35)	7º Termo Aditivo	7.279.634,77 (25ª a 36ª meses)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	04/01/2021	R\$ 482.000,00	54	19/02/2021	R\$ 120.500,00	R\$ 77.447,85
									R\$ 120.500,00	
					04/01/2021	R\$ 1.920.000,00	55	06/04/2021	R\$ 120.500,00	
								xxxx	xxxx	
Fevereiro (mês 36)	7º Termo Aditivo	7.279.634,77 (25ª a 36ª meses)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	22/02/2021	R\$ 328.000,00	632	12/03/2021	R\$ 328.000,00	R\$ 231.447,85
Março (mês 37)	8º Termo Aditivo	7.279.634,77 (37ª a 48ª meses)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	19/03/2021	R\$ 385.000,00	819	07/04/2021	R\$ 38.500,00	R\$ 520.947,85
Abril (mês 38)	8º Termo Aditivo	7.279.634,77 (37ª a 48ª meses)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	22/04/2021	R\$ 400.000,00	1077	07/05/2020	R\$ 400.000,00	R\$ 159.447,85
Maio (mês 39)	8º Termo Aditivo	7.279.634,77 (37ª a 48ª meses)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	28/05/2021	R\$ 400.000,00	1229	11/06/2021	R\$ 323.500,00	R\$ 159.447,85
									R\$ 76.500,00	
Junho (mês 40)	8º Termo Aditivo	7.279.634,77 (37ª a 48ª meses)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	29/06/2021	R\$ 400.000,00	1503	07/07/2021	R\$ 208.500,00	R\$ 159.447,85
									R\$ 191.500,00	
Julho (mês 41)	8º Termo Aditivo	7.279.634,77 (37ª a 48ª meses)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	30/07/2021	R\$ 400.000,00	1748	10/08/2021	R\$ 208.500,00	R\$ 159.447,85
									R\$ 191.500,00	
Agosto (mês 42)	8º Termo Aditivo	7.279.634,77 (37ª a 48ª meses)	R\$ 559.447,85	CAPS I, 05 unidades de Residência Terapêutica, Centro de Convivência e Cultura, PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Recreio I e II, PSF Primavera I e II e PSF Betânia	30/08/2021	R\$ 400.000,00	1980	03/09/2021	R\$ 208.500,00	R\$ 159.447,85
									R\$ 191.500,00	
Total			R\$ 4.475.582,80			R\$ 5.115.000,00			R\$ 2.848.500,00	R\$ 1.627.082,80

FONTE: 7º e 8º Termos Aditivos ao Contrato 058/2018, Processos de Pagamentos nº 54/2021, 55/2021, 632/2021, 819/2021, 1077/2021, 1229/2021, 1503/2021, 1748/2021, 1980/2021



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ANEXO 05 - RECURSOS HUMANOS

ANEXO V – RECURSOS HUMANOS

PSF Santa Clara Pinheirinho

	Equipe prevista no Anexo V do Contrato 001/2018	CNES jul/18	Folha Jul/18	CNES jul/19	Folha Jul/19	CNES Jul/20	Folha Jul/20	CNES Jul/21	Folha Jul/21
Médico generalista	01	01	00	01	00	01	00	01	00
Enfermeiro	01	01	01	01	01	02	01	01	01
Técnico de enfermagem	02	01	01	01	01	02	01	03	01
Agente Comunitário de Saúde	06	10	07	08	05	08	06	08	06
Cirurgião Dentista	01	01	01	01	01	01	01	01	01
Auxiliar ou técnico em saúde bucal	01	01	01	01	01	01	01	01	01
Auxiliar Administrativo	02	01	01	02	01	01	00	02	00
Auxiliar de serviços gerais	01	01	00	01	00	01	01	01	01
Auxiliar de enfermagem	00	02	01	02	00	01	01	01	01
Farmacêutico	01 (se houver farmácia)	01	01	01	01	00	00	00	00



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ANEXO 05 - RECURSOS HUMANOS

CAPS I

	Equipe prevista no Anexo V do Contrato 001/2018	CNES jul/18	Folha Jul/18	CNES jul/19	Folha Jul/19	CNES Jul/20	Folha Jul/20	CNES Jul/21	Folha Jul/21
médico psiquiatra	01	02	00	02	00	02	01	01 (10h/sem)+ 01 médico clínico 40hs/sem	00
enfermeiro	01	02	01	02	02 (01 não está no CNES)	01	01	03	01
Nível médio (técnico/auxiliar de enfermagem/adm. Educacional/ técnico educacional/ artesanato)	04	04	01	06	06	08	05	07	05
Nível superior de outras categorias profissionais	03	05	00	03	03	03	02	05	01
Cuidador de saúde	00	20	16	24	18	26	23	28	24



ANEXO 05 - RECURSOS HUMANOS

PSF Recreio Vale do Sol

	Equipe prevista no Anexo V do Contrato 001/2018	CNES jul/18	Folha Jul/18	CNES jul/19	Folha Jul/19	CNES Jul/20	Folha Jul/20	CNES Jul/21	Folha Jul/21
médico	01	01	00	01	00	01	00	01	00
generalista									
enfermeiro	01	01	01	01	01	01	01	01	01
Técnico de enfermagem	02	01	00	01	01	01	01	01	01
Agente Comunitário de Saúde	06	01	07	06	04	05	04	05	02
Cirurgião Dentista	01	00	01	01	00	00	00	00	00
Auxiliar ou técnico em saúde bucal	01	00	01	01	00	00	00	00	00
Auxiliar Administrativo	02	00	00	00	00	01	00	01	00
Auxiliar de serviços gerais	01	00	00	00	00	01	00	01	00
Auxiliar de enfermagem	00	00	01	00	00	00	00	00	00
Farmacêutico	01 (se houver farmácia)	00	00	00	00	00	00	00	00



ANEXO 05 - RECURSOS HUMANOS

PSF Primavera I e II (não há cadastro no CNES do PSF Primavera II)

	Equipe prevista no Anexo V do Contrato 001/2018 *	CNES jul/18	Folha Jul/18	CNES jul/19	Folha Jul/19	CNES Jul/20	Folha Jul/20	CNES Jul/21	Folha Jul/21
médico generalista	02	02	01	02	00	01	01	01	01
enfermeiro	02	02		02	02	02	02	02	01
Técnico de enfermagem	04	02	01	05	02	03	02	05	01
Agente Comunitário de Saúde	12	15	12	15	07	08	06	08	06
Cirurgião Dentista	02	02	01	02	00	01	01	01	01
Auxiliar ou técnico em saúde bucal	02	02	00	02	00	01	00	01	00
Auxiliar Administrativo	04	01	00	02	00	01	00	01	00
Auxiliar de serviços gerais	02	03	00	01	00	03	02	04	02
Auxiliar de enfermagem	00	4	00	01	00	00	00	00	00
Farmacêutico	02 (se houver farmácia)	00	00	00	00	00	00	00	00

*Como se trata de uma unidade com duas equipes, a equipe prevista foi duplicada para esta tabela.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ANEXO 05 - RECURSOS HUMANOS

PSF Vila Betânia (assumido a partir de 2019)

	Equipe prevista no Anexo V do Contrato 001/2018	CNES jul/19	Folha Jul/19	CNES Jul/20	Folha Jul/20	CNES Jul/21	Folha Jul/21
médico generalista	01	01	00	01	01	01	01
enfermeiro	01	01	00	01	01	01	01
Técnico de enfermagem	02	01	00	01	01	02	01
Agente Comunitário de Saúde	06	07	00	08	06	08	04
Cirurgião Dentista	01	01	00	01	01	01	00
Auxiliar ou técnico em saúde bucal	01	01	00	01	01	01	00
Auxiliar Administrativo	02	00	00	01	01	02	01
Auxiliar de serviços gerais	01	00	00	01	01	00	00
Auxiliar de enfermagem	00	00	00	00	00	00	00
Farmacêutico	01 (se houver farmácia)	00	00	00	00	00	00

Fonte: Relatórios extraídos do SCNES por profissionais dos meses de julho/2018, julho/2019, julho/2020 e julho/2021 dos PSFs Santa Clara Pinheirinho, Recreio Vale do Sol, Primavera e Vila Betânia e CAPS I do site SCNES <http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>, Plano de Trabalho presente no Contrato de Gestão nº001/2018 (fl. 1035) e registros de folhas de frequências dos meses de julho/2018, julho/2019, julho/2020 e julho/2021 dos profissionais dos PSFs Santa Clara Pinheirinho, Recreio Vale do Sol, Primavera e Vila Betânia e CAPS I